



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Nos dias 18 e 19 do mês de junho do ano de dois mil e oito, no Salão Negro do Ministério da Justiça, Brasília Distrito Federal, realizou-se a **5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista**, contando com a presença dos representantes titulares e suplentes da bancada indígena, representantes governamentais e convidados. O presidente da CNPI deu início à reunião do dia 18 desejando bom dia a todos e dando boas vindas aos membros da Comissão, principalmente os representantes indígenas que vieram de longe. A seguir deu alguns lembretes.

Dando início efetivo aos trabalhos, solicitou que nesse primeiro momento tratassem da decisão da última reunião da CNPI de substituir dois membros titulares e suplentes, informando que desde então haviam ocorrido as reuniões para escolha dos novos titulares e suplentes, representantes do Centro-Oeste e Amapá, os quais pediu que se apresentassem aos demais. Assim, Anastácio Peralta, indígena Guarany-Kaiowá, representante do Centro-Oeste, apresentou-se e informou que está no lugar de Wilson Matos, destacando que o suplente ainda não havia chegado a Brasília. O segundo titular a se apresentar foi Dodô Reginaldo Lorenço, índio Terena, que substitui Danilo Terena, e cujo suplente é o índio Kadiwéu Luis Fernando Matchua. O presidente informou que houve também a substituição do representante do Amapá, cuja representante, Simone Karipuna, apresentou-se a seguir, informando que o suplente não pôde estar presente à 5ª Reunião.

Prosseguindo, o **presidente** informou que, como de praxe, a reunião se iniciaria com a aprovação da ata da reunião anterior, a 2ª Reunião Extraordinária da CNPI, realizada em Baía da Traição, questionando se os membros haviam feito a leitura da memória da referida reunião, consultando a plenária no sentido de que, passado esse momento, se pudesse discutir a pauta, levando em conta que se trata de uma reunião especial, a se realizar com a presença do Presidente da República, e a pauta portanto deveria ser relacionada ao que foi discutido nas subcomissões. Em razão disso, deveria-se apresentar o relato das mesmas e ao longo do dia definir os posicionamentos para se incorporar à apresentação ao Presidente e definir os procedimentos ao longo da reunião do dia seguinte. Questionou, a seguir, se haveria alguma outra posição e se concordavam com a pauta proposta, ao que não houve ressalvas. A seguir perguntou se havia algum comentário ou posicionamento sobre a ata da 2ª Reunião Extraordinária, ao que a representante do Ministério do Meio Ambiente, **Muriel Saragoussi**, informou que havia enviado e-mail solicitando a correção dos dados acerca do eixo sobre povos indígenas, mencionados na fala de Aderval Costa no relato da subcomissão de Etnodesenvolvimento.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Neste momento, o **presidente** fez registro sobre a presença de novos titulares da bancada governamental, os quais pediu que se apresentassem, diante do que o novo representante do Ministério de Educação, **Gersen Baniwa**, apresentou-se informando que é o suplente do referido, cujo titular é o sr. Armênio, ao que o presidente registrou que Gersen é o primeiro representante da bancada governamental que é indígena. **Luana Arantes** informou que estava representando Aderval Costa, que não pôde estar presente por questões pessoais.

Quanto à ata, ficou definido que seria aprovada ao longo da reunião, para que todos tivessem mais tempo para fazer a leitura. Assim, passou-se à apresentação das subcomissões, com o presidente perguntando sobre a melhor forma de se proceder e propondo que se defina a ordem dos relatos, primeiro pela **Subcomissão de Políticas Públicas, Orçamento e Gestão. Deoclides de Paula**, o coordenador da subcomissão, iniciou informando que no dia anterior debateram o fato de que antes não contavam com muitos dados sobre a questão, e que os trabalhos haviam se centrado na questão do órgão indigenista, que se constituiu com a criação do SPI em 1910, que na época reivindicava a instituição de um quadro especializado de pessoal para implementar a política indigenista, sendo que hoje ainda se vive a necessidade de contratação de um quadro adequado à atuação junto aos povos indígenas, sendo que nos últimos 20 anos, apesar do crescimento da população e terras indígenas, o quadro de funcionários vem diminuindo, não sendo condizente com as demandas inerentes à implementação da política indigenista. De forma que se faz urgente a reestruturação do órgão, que atualmente não atende ao mínimo necessário, prevendo-se que, nesse ritmo, em 10 anos não se vai contar com servidores para atuar na instituição. Sendo assim, prosseguiu Deoclides, enquanto não houver a reestruturação do órgão corre-se o risco de que os povos indígenas deixem de existir como tal. **Olga Novion**, do MPOG e membro da subcomissão, afirmou que esse tema é parte do que a subcomissão pretende apresentar para o presidente Lula na reunião do dia seguinte, e que os outros pontos são: que a proposta de reestruturação e fortalecimento da Funai seja discutida na CNPI e junto aos povos indígenas; que se criem mecanismos de controle social e acesso, por parte dos povos e comunidades indígenas, aos recursos que vão para os municípios; e, finalmente, que o governo submeta à apreciação e debate na CNPI, o panorama dos orçamentos e programas estaduais e municipais que envolvam recursos para os povos indígenas. Olga Novion perguntou ainda se haveria algum momento para apresentarem o que ficou definido como tarefas para a subcomissão na última reunião da CNPI realizada em Baía da Traição.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Abrindo a palavra para o debate, o **presidente** informou que na seqüência falariam Francisca Pareci e a seguir Anastácio e Arão. Francisca disse que, mediante a situação atual, em que a Constituição Federal completa 20 anos e há toda uma movimentação na sociedade brasileira e em alguns segmentos sociais, do Judiciário e até do próprio governo com relação aos povos indígenas, vêem a necessidade de se pensar numa melhor estruturação da Funai, levando em conta o novo contexto jurídico do país. Destacou o problema da fragmentação das ações da política indigenista, em face do que se faz necessária uma nova organização do órgão, renovação do quadro funcional, para que possam acompanhar e articular as ações voltadas para os povos indígenas, para que se dê resposta não só para os povos indígenas, mas para a sociedade em geral, destacando o problema quanto à demarcação das terras indígenas, sobre os encaminhamentos nos ministérios e no Congresso Nacional, sendo que a seu ver os índios se sentem desassistidos em termos de terem alguém que fale por eles, estando o presidente praticamente sozinho nessa luta. **Arão Guajajara** disse que ao se falar da Funai é preciso sim implantar a imediata reestruturação do órgão e que seja traga à CNPI para avaliarem as propostas e levarem às AERs, às bases e saibam em que vai implicar em termos de mudanças para os povos indígenas. Arão destacou ainda a importância de que seja de fato aprovado o Plano de Carreira dos servidores da Funai, pois vários ministérios já conseguiram aprovar os seus, mas a Funai não, ficando os servidores com salários defasados por mais de 20 anos, o que causa muito desestímulo, sendo que apesar dos problemas e da fragmentação das ações a Funai ainda é a referência para todas as questões que dizem respeito aos povos indígenas. Anastácio Peralta destacou sua preocupação com a situação atual, sendo que desde a chegada dos colonizadores os índios e o meio ambiente vêm sofrendo; destacou a importância de que a Funai seja reestruturada e mude a sua mentalidade, que ainda é a mesma de 1910, em que a seu ver também se organizou em clãs, resultando em políticas sem resultado para os povos indígenas, havendo muitos problemas fundiários, ficando a Funai sem estrutura jurídica para enfrentar os problemas. Sem a Funai é o mesmo que terem a terra sem nenhum recurso, plantas, peixes, animais, afirmou Arão; os funcionários precisam de formação para ajudarem os índios a enfrentarem o modelo de organização da sociedade atualmente, sendo que da forma que a Funai está hoje não tem condições de se deparar com os grandes adversários dos interesses dos povos indígenas, até porque o maior inimigo dos índios hoje é o Congresso Nacional. **Crizanto Xavante** afirmou que tem observado o problema do órgão indigenista, reforçou a fala dos demais mas



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

destacou que não podem se concentrar só na questão da reestruturação, que tem acompanhado a trajetória da Funai e não só devido à saída de ações da Funai o órgão se enfraqueceu. Propôs que se pense na reestruturação do órgão em termos gerais, lembrando que na época do SPI não sabiam falar a língua da sociedade não indígena, mas hoje sim, o que também leva à defasagem do órgão. Afirmou que se deve estar atento à questão do assistencialismo, que a Funai deve permitir que os índios contribuam para a reestruturação do órgão, que a vê distante de outros ministérios; que não se pode pensar só na reestruturação ou plano de carreira, mas também no fluxo de recursos, sendo que a Funai não é prioridade, que o órgão recebe poucos recursos e ainda são cortados, além do que o plano de ação não é executado anualmente como deveria. **Ak'jaboro Kayapó** reforçou a fala dos demais e afirmou que todos se preocupam com a Funai; relatou que todos os índios estão aguardando pela reestruturação, pela aprovação do plano de carreira, realização de concurso público, sendo que há muitos funcionários cujo salário não é suficiente para viver, perguntando por que outros órgãos têm plano de carreira, já foram reestruturados e a Funai não. Afirmou ainda que os americanos reclamam do Brasil, que deve preservar o meio ambiente, mas por outro lado não se investe na Funai, sendo que também os brasileiros podem reclamar dos americanos, que não têm um órgão federal para cuidar dos índios, destruíram seus recursos e na verdade tem a intenção de tomar a Amazônia. Disse que o presidente foi à sua aldeia e falou sobre o plano de carreira, a reestruturação, concurso etc., mas até hoje não aconteceu nada, estão esperando. Daí porque convidou outras duas lideranças Kayapó para participarem da reunião e que vêm a Brasília para testemunhar o que vai ser discutido. Disse que vai perguntar ao Presidente Lula e cobrar o que foi prometido para ele quando o Presidente esteve em Manaus, sobre reestruturação, plano de carreira, concurso público, e que um índio ia ser presidente da Funai, que o atendimento para os índios ia melhorar, assim como disse que ia melhorar a saúde indígena, educação, que ia demarcar as terras indígenas; afirmou que tem foto para provar que conversou com o Presidente e que os compromissos estão no papel, destacando que até agora viu poucos resultados, como a demarcação de Raposa Serra do Sol, mas o resto até agora não foi cumprido. **Sansão Ricardo Flores**, do povo Ticuna, cumprimentou a todos e informou que é do estado do Amazonas; disse a seguir que gostaria de compartilhar algumas idéias sobre a questão das políticas públicas, afirmando que em tantos anos de existência da Funai percebe-se, principalmente em sua região, que a política indigenista é uma preocupação. Que o que foi comentado sobre a reestruturação da Funai é importante, é uma



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

demanda geral de todos os índios do Brasil, e que haveria muitas coisas que gostariam de desenvolver; que considera que houve avanços, como a demarcação das terras indígenas, no entanto devido à falta de reestruturação do órgão vivem a dificuldade de implantar as políticas públicas para os índios. Sendo que, apesar das dificuldades, a Funai é o órgão que defende os índios no Estado, é o órgão indigenista no país, e que os índios solicitam a reestruturação do órgão como algo premente, que a Funai tem o aspecto político nas negociações, pois quando se fala no tema povos indígenas há muita divisão e poucas pessoas discutem esse assunto, razão pela qual se encontram na situação vivida atualmente.

O **presidente** encerrou as falas e encaminhou a discussão no sentido de se concluir o debate, destacando que o assunto já fora bastante debatido e perguntando se haveria algum representante do governo que gostaria de se manifestar. Enquanto presidente da CNPI e da Funai, disse concordar que o órgão vive situação de sucateamento há mais de 20 anos, que é de fato um processo de sucateamento do Estado brasileiro, uma concepção que vigorou a partir do governo Collor, de que o Estado não tinha importância, diante do que vários órgãos, entre eles a Funai, foram sucateados. Disse acolher o que foi colocado pela subcomissão; que nos últimos 14 meses tem lutado para que possam superar as dificuldades; que conta com o apoio do presidente Lula e do Ministro da Justiça Tarso Genro, e nesse sentido houve avanços, como a redefinição do plano plurianual da Funai, do seu orçamento, que ainda é pequeno, mas já melhorou; sobre a criação de novos cargos para a Funai, que é condição para a reestruturação, informou que já enviaram a proposta para o MPOG, que por sua vez a enviou para o Congresso Nacional; afirmou que acolhe as reivindicações e já vem fazendo a consulta à CNPI, conforme foi proposto. Sobre a aprovação do plano de cargos e concurso, destacou que, desde que chegou à Funai, já encaminharam proposta ao Ministério do Planejamento, o qual recebe demandas de todos os órgãos, apesar do que aguardam posição efetiva do ministério sobre isso; já foi feito concurso, mas a maioria dos aprovados que entraram na Funai já saíram do órgão, pois o salário é muito pequeno e dificilmente o funcionário fica sem um plano de carreira. Afirmou ainda que é preciso continuar o processo de fortalecimento da Funai, mas só isso não é necessário e sim que se fortaleça o Estado como um todo com relação à política indigenista; a Funai é o órgão central, pois é a referência para todos os índios brasileiros, mas também se deve pensar nos demais órgãos que têm ações voltadas para os índios, como a Funasa e o Ministério da Educação. O presidente destacou que Olga, do MPOG, já se manifestou



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

anteriormente no sentido de que é unânime a posição da subcomissão quanto ao fortalecimento do órgão, com pauta que inclui a reestruturação, plano de cargos e salários, concurso público. **Korralue Karajá** afirmou que a bancada indígena tem interesse em saber como anda o processo com relação à situação da Funai no Ministério do Planejamento, pedindo a Olga que se manifeste e informe o que sabe sobre o assunto. **Olga Novion**, por sua vez, disse que ao que sabe a proposta de reestruturação já está na Casa Civil e foi para o Congresso Nacional, ao que o **presidente** esclareceu que o plano de cargos ainda está no MPOG e que é preciso saber que uma coisa é o plano e outra é o projeto de lei para a criação de cargos, que é necessário para a Funai se organizar, que saiu da Casa Civil e foi para o Congresso Nacional para aprovação. Olga retomou a palavra e disse só ter conhecimento de projeto em análise pela Secretaria de Gestão do MPOG que trata da formação de novos cargos, mas não do plano de cargos, ou seja, da criação de carreira indigenista, que pelo que sabe ainda está em discussão, sendo que José Maria [servidor da Funai e membro da subcomissão] poderia informar melhor, pois ela própria não pesquisou sobre o novo plano de cargos em discussão. **Carlos Nogueira**, do Ministério de Minas e Energia, disse que pelo que sabe o plano da Funai está na mesma situação de um dos setores de seu órgão, e que a informação que tem é que o prazo final para se definir isso é o dia 30 de junho. O presidente retomou a palavra afirmando que o projeto de plano de carreira da Funai está na Secretaria de Recursos Humanos do MPOG; que desde que chegou à Funai estão debatendo esse assunto, que não está sendo fácil, pois há reivindicação de todo o governo quanto à aprovação de planos de cargos e salários, mas que se espera que antes do dia 30 seja dado encaminhamento a essa questão.

O presidente solicitou então que se passasse à próxima subcomissão, ao que **Luiz Titiah**, da **Subcomissão de Etnodesenvolvimento**, informou que na reunião do dia anterior fizeram avaliação dos trabalhos desenvolvidos desde 2007, bem como sobre os encaminhamentos propostos e ainda não colocados em prática, como a realização de oficinas para tratar das ações do governo na área de etnodesenvolvimento. Destacaram 1) a necessidade de marco legal específico que facilite o repasse para as comunidades indígenas e associações indígenas dos recursos financeiros do governo federal destinados ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas, já que muitas vezes não são contempladas devido às exigências e procedimentos burocráticos que tornam o acesso muito seletivo. Ressaltaram ainda o problema das comunidades, principalmente do Nordeste, com relação aos projetos desenvolvidos pelos municípios, considerando-se que as



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

comunidades indígenas ficam em prejuízo, uma vez que há prefeitos que são réus em conflitos fundiários e não têm interesse em atuar em benefício do desenvolvimento dessas comunidades. O relator da subcomissão destacou ainda 2) a necessidade de se realizar ainda em 2008 a oficina proposta com a finalidade de avaliar as políticas públicas relacionadas ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas, tendo em vista que muitas vezes não há participação das comunidades na formulação desses projetos, que ficam vinculados aos municípios e estados, sem consulta aos povos indígenas, sendo importante que se promovam oficinas para capacitar os representantes das bases para atuar no desenvolvimento de suas comunidades. Destacou 3) os avanços na CGDC/Funai, que está passando por reestruturação, está estabelecendo normas e procedimentos internos novos, elaborou manual para ser utilizado pelo setor e AERs e que dispõe de cerca de R\$ 1,8 milhão para atividades de formação, capacitação de indígenas e gestores do órgão, realização de seminário nacional e regionais sobre o tema. Ressaltou que muitas vezes os estados e municípios alardeiam a realização de projetos para os povos indígenas e que só quando há problemas procuram a Funai para buscar a solução dessas questões. Destacou 4) experiência de gestão participação e controle que tem sido desenvolvida na AER Paraíba, e que deveria ser adotada como política do órgão nas administrações como um todo; 5) a experiência apresentada pelo representante do Ministério do Trabalho voltada para os jovens, no âmbito do Programa Brasil Local e Projovem, ressaltando a importância da capacitação dos jovens para lidar com as novas tecnologias. Como **conclusões** da discussão no âmbito da subcomissão, destacou a) posição contrária à municipalização das políticas de etnodesenvolvimento; b) política nacional para articular as várias iniciativas setoriais em curso no governo, somada à constituição de fundo indígena de fomento ao etnodesenvolvimento sustentado e autônomo dos povos indígenas; c) realização de oficina nacional sobre etnodesenvolvimento dos povos indígenas; d) fortalecimento da capacidade de gestão interna da Funai e criação de instâncias de participação e controle social das organizações indígenas; e) fortalecimento da capacidade da Funai para articular as ações em curso nos demais órgãos visando a maior efetividade na ação governamental; f) solicitação para que seja feita apresentação Secretaria Geral da Presidência da República sobre novo marco legal para regulamentar o repasse de recursos públicos para as entidades da sociedade civil, particularmente para os povos indígenas e comunidades tradicionais; g) observação no sentido de que a demarcação e garantia das terras indígenas é um pressuposto para uma política de etnodesenvolvimento.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

O presidente passou a palavra a seguir para os demais membros da subcomissão se manifestarem, ao que **Sandro Tuxá**, que não é integrante da subcomissão mas participou da reunião, afirmou que uma das principais reivindicações é no sentido de que já há atividades pontuais nessa área, fruto da ação do MDA, e que se sonhava com uma linha específica de financiamento para os povos indígenas, o que resultou na criação da Carteira Indígena, iniciativa bastante positiva, pois antes só havia o PDPI. Assim, propõem que o governo brasileiro defina uma política pública nesse sentido, pois sempre há dúvida se a Carteira vai continuar e gostariam de algo permanente. **Ricardo Verdun**, do Inesc, referiu-se à experiência de gestão participativa desenvolvida na unidade regional da Funai na Paraíba, que poderia ser pensada como parte constitutiva da reestruturação da Funai, como referência em termos de participação das organizações indígenas. Destacou ainda a proposta de convidarem representante da Casa Civil para expor a discussão de novo marco legal para o repasse de recursos públicos para organizações da sociedade civil; referindo-se à discussão ocorrida na reunião passada e que consta em ata, sobre a gestão junto ao governo alemão e o BID sobre programa com ações voltadas para etnodesenvolvimento, aproveitando inclusive recursos do PPTAL, perguntou sobre o andamento do processo. **André Araújo**, do MDA, complementou e esclareceu que os pontos colocados por Titiah como conclusões deveriam ser pontos de pauta das oficinas, mas tendo em vista a importância da reunião com o Presidente Lula resolveram antecipar algumas questões que são pontos de entrave para o etnodesenvolvimento indígena, havendo pontos que demandam aprofundamento enquanto outras demandam definições urgentes. **Marcos Xucuru** disse que, sobre a questão do etnodesenvolvimento, é preciso ter projetos agro-ecológicos nas terras que estão sendo recuperadas, pois ao receberem uma terra não se sabe o potencial dos territórios, inclusive na questão da preservação ambiental, pois às vezes o próprio índio pode estar destruindo essas áreas. Destacou ainda a necessidade de acompanhamento técnico dos projetos que são implantados, caso contrário acabam por ser abandonados, devendo-se para isso aproveitar inclusive os próprios indígenas que têm formação para isso para fazer esse acompanhamento; então é preciso que se saiba como é a melhor forma de implantar esses projetos. **Caboquinho Potiguara** afirmou que tem algumas preocupações quanto à questão do etnodesenvolvimento quanto ao que vê hoje, resgatando a questão do descaso e sucateamento com relação à Funai, lembrando que há vários projetos que acessam no governo e perdem por falta de acompanhamento e até mesmo por problemas na



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

elaboração dos projetos, citando o caso de sua região, onde contam apenas com dois técnicos agrícolas para acompanhar projetos de 29 aldeias. Opinou ainda no sentido de que se partissem da proposta que estão implantando na Paraíba, do etnodesenvolvimento participativo, isso seria muito positivo para outras comunidades. **Dilson Ingaricó**, de Roraima, informou que é suplente de Pierlângela Wapichana, que não pôde estar presente pois está na Europa; que em seu estado estão discutindo o etnodesenvolvimento no âmbito das organizações indígenas, e que para isso é essencial a discussão sobre a questão da gestão territorial e sobre a formação dos técnicos indígenas; referiu-se ainda à necessidade de contarem com de técnicos para elaborar os projetos, ressaltando a dificuldade vivida pelos índios quanto ao domínio da escrita dos não indígenas dentro das regras existentes, devido às exigências quanto aos modelos dos projetos. Lembrou ainda o problema das áreas de preservação sobrepostas a terras indígenas.

A indígena da região Amazônica **Simone Vidal** afirmou que uma preocupação sua é quanto à expectativa de que se possa avançar na questão do etnodesenvolvimento e também quanto à maneira como o novo ministro do MMA está pensando o PDPI, se vai continuar da mesma forma que na gestão passada, pois caso contrário representará um problema grave, afirmando a expectativa de que continue e ainda que se incluam os índios na discussão sobre o PDPI. **Francisca Pareci** afirmou que esse é um tema muito importante, que ao se falar dele se trata da subsistência dos índios em seu território, de educação, saúde etc., e que sem incluir as mulheres e crianças nessas políticas não há como avançar. Parabenizou a subcomissão e destacou a importância de se propor políticas voltadas para as mulheres indígenas, para a segurança alimentar, alternativas econômicas para a sobrevivência; afirmou que em seu estado têm discutido os projetos societários, para que se possa abrir frente de discussão que envolva a formação de técnicos, lembrando a existência de projeto de Ensino Médio Integrado, relacionado à profissionalização indígena, e que em seu estado estão discutindo a criação de pólos voltados para a formação dos índios a partir de projetos societários, que dêem conta da realidade de determinado povo, garantindo sua sustentabilidade; destacou a importância de que seja feito acompanhamento dos projetos, e fazendo menção ao projeto de zoneamento sócio-ecológico que será feito no estado do Mato Grosso, e em que o problema é que também estarão presentes todos os representantes da bancada dos agronegócio para defender seus interesses. Concluindo, afirmou que a pauta do etnodesenvolvimento tem muitas frentes importantes, que dizem respeito à subsistência indígena, destacando que não podem



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

esquecer das mulheres e jovens indígenas ao discutir essa questão.

**Muriel Saragoussi**, do MMA, esclareceu os seguintes pontos sobre a atuação do ministério na questão do etnodesenvolvimento: que sempre foi porta de entrada das demandas dos povos indígenas; que o PDPI é prova disso, que a Carteira Indígena foi feita em parceria com MDA e MDS; que estão construindo a Gerência Indígena na Diretoria de Extrativismo; que há a dimensão de políticas públicas de gestão ambiental que é responsabilidade do MMA; que esperam que na amanhã seja assinada portaria que cria o grupo interministerial que deve tratar da questão da gestão ambiental das terras indígenas, incluindo MMA, Funai, índios da CNPI... Prosseguindo, afirmou que têm trabalho para conseguir recursos adicionais aos do MDS e governo alemão com vistas a garantir o funcionamento da Gerência Indígena, mas que o MDS não tem falhado e têm trabalho em conjunto para colocar recursos na Carteira Indígena; têm colocado para o órgão que cuida das cooperações internacionais sobre a extensão do PDPI até 2012; têm convênio com o MDA para apoiar projetos da Carteira Indígena com assistência técnica; estão buscando avançar nos convênios com instituições governamentais e não governamentais para a questão da assistência técnica, sendo importante que recebam formação para trabalhar com os povos e comunidades tradicionais, para que se apóie e resgate técnicas de utilização tradicionais dos recursos naturais; que com apoio da Conab lançaram o programa de Preços Mínimos para produtos do extrativismo, inicialmente com 10 produtos, e vale para todos os povos e comunidades tradicionais. A idéia é reforçar a assistência técnica e possibilidades de comercialização desses produtos, essenciais para retomada de um melhor gestão ambiental em áreas degradadas e manutenção de vegetação natural onde estão bem preservadas. Sobre a nova política do ministro Minc, afirmou que ainda não puderam discutir isso, mas não tiveram sinalização de mudança. **André Araújo**, do MDA, informou que, no tema de assistência técnica e extensão rural, já avançaram, pois os recursos para essas ações já aumentaram de 450 mil para 5 milhões; que há processo de parceria real com outras instituições; que o grande problema é como apoiar os técnicos indígenas formados, seja agrícolas ou agro-ecológicos, pois é preciso haver a institucionalização desses técnicos para que se possa fazer os repasses, sendo complicado o repasse para as organizações locais com o atual marco legal. Sobre o Pronaf, afirmou que o MDA tem entendimento de que, apesar de estar aberto e poder ser acessado por qualquer indígena, acreditam que não é o melhor instrumento para promover o etnodesenvolvimento, e por isso buscam nova fonte de incentivo, pois, apesar de a Funai precisar ser reestruturada, há



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

autonomia com projetos como o PDPI e Carteira, e que não dá para contar eternamente com recursos provenientes de cooperação internacional e sim é preciso que se tenha um fundo permanente, que seja de responsabilidade do governo brasileiro e que se adeque às necessidades desses povos. Quanto ao marco legal, percebe-se que as organizações internacionais acreditam muito mais nas organizações sociais do país do que o próprio Estado, que num momento em que se tem feito muitas críticas às ONGs é preciso lembrar que muitas delas são geridas por parlamentares e outras autoridades. **Ivã Stibich**, da Coordenação de Desenvolvimento Comunitário da Funai e membro da subcomissão, enfatizou aspectos das falas de outros representantes, como a realização de oficina para discussão de políticas voltadas para o etnodesenvolvimento, afirmando que muito dos temas e propostas que foram discutidos sempre surgem, mas não são institucionalizados – como a questão de gênero, realização de diagnósticos, que inclusive está na legislação, acompanhamento técnico – e tudo isso reforça a importância de que seja feita a oficina. Sobre o papel da Funai como articuladora dessa política, afirmou que o órgão é reconhecido como o que tem maior capilaridade nas regiões em que se desenvolvem os projetos; que é importante que mesmo as comunidades que optam por não ter organizações tenham assessoria; que ao falar de recursos públicos é importante fazer o monitoramento dos resultados, para se avaliar se está resultando de fato em algo que se reflita em melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. **Marcos Tupã** disse que tem observado as falas sobre a necessidade de organização do espaço, de etnodesenvolvimento, de assessoria técnica para desenvolvimento de projetos, destacando porém que há dificuldades para organizações e associações acessarem esses programas, diante do que propõe que os órgãos responsáveis discutam melhor a questão dos editais para que se possa viabilizar a participação dos indígenas nesses programas. Disse ainda que há comunidades que necessitam de programas para desenvolver seus projetos de subsistência, e que esses devem mesmo envolver mulheres e jovens, não só quanto a plantio e outras atividades, mas também com relação ao artesanato, e que se deve pensar em programas mais específicos para que as comunidades possam superar as dificuldades de acesso.

A Dra. **Deborah Duprat** pediu que esclarecessem a questão do novo marco legal mencionada em algumas falas, se está sendo proposto pela CNPI ou está em discussão na Casa Civil, afirmando ainda que esta é uma questão interessante, pois hoje se segue a lógica do Tesouro Nacional, que é muito complicada. A seguir, o Capitão Potiguara perguntou a André Araújo, do



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

MDA, sobre o Pronaf, relatando problema vivenciado em sua comunidade quanto ao repasse de recursos para atravessadores gerando problemas como atrasos no pagamento de projetos. Em resposta à pergunta da Dra. Deborah, Muriel informou que a Secretaria Geral da Presidência, a partir de demanda dos movimentos sociais, está fazendo a discussão sobre o novo marco legal, com a participação de alguns ministérios, mas que a proposta ainda não está pronta. **Celso Correa**, da Casa Civil, esclareceu que estavam se referindo a outro instrumento, que é a Portaria Interministerial nº. 127, [de 29 de maio de 2008] que estabelece normas para execução do disposto no Decreto 6.170 [de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas à transferência de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências], comprometendo-se a disponibilizar cópia do referido documento. A propósito, Muriel esclareceu que a portaria que está sendo discutida na SGPR é outra, específica para povos e comunidades tradicionais, um marco totalmente específico, novo, para movimentos sociais.

Retomando a palavra, o **presidente Márcio** disse que o seu entendimento sobre a subcomissão é que trouxe temas complexos e o principal ponto, que resume tudo, é a expectativa de que as experiências no MMA/MDS e Funai possam se fortalecer como políticas públicas e tenham caráter de continuidade maior. Há questões correlatas, ligadas à gestão, destacando a gestão participativa da Funai na Paraíba, sendo que, independentemente de posicionamento na CNPI, determinou às AERs que pouco a pouco implantem sistema semelhante ao da Paraíba, em face do que o administrador inclusive já fez oficina em algumas regiões, ou seja, enquanto presidente, determinou que essa seja uma prática da instituição. **José Ciríaco Sobrinho**, o “capitão”, fez ressalva no sentido de que a gestão participativa na Paraíba é oriunda da própria comunidade, que se uniu ao administrador para isso, e portanto que depende da comunidade que a iniciativa dê certo, não só do presidente ou do administrador. O **presidente** por sua vez destacou que depende dos dois lados, reforçando que determinou que se trabalhe na perspectiva da gestão participativa. Sobre a pergunta de Ricardo Verdun a respeito da cooperação, informou que na reunião anterior foi dado informe de que a Funai obteve renovação de cooperação com a Alemanha, configurada na Funai como o PPTAL, e também no MMA e no PDPI, definindo-se a perspectiva de atuação como estando voltada para o etnodesenvolvimento no novo projeto que está em fase de elaboração; ainda na referida reunião, definiu-se que a subcomissão, junto com outros ministérios afetos, participem da elaboração da proposta. Isso se soma ao interesse, que é iniciativa específica da Funai junto ao



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Banco Mundial, no sentido de constituir reforço da política de etnodesenvolvimento, em forma de empréstimo. Destacou ainda a aprovação do GEF indígena, que está sendo trabalhado junto com o MMA, com vistas a se obter 7 milhões em recursos. Prosseguindo, afirmou que o movimento principal do governo com relação ao etnodesenvolvimento foi a criação, no PPA, de ação de Promoção ao Etnodesenvolvimento, que é primeiro passo para que se torne política pública, tendo se criado ainda a ação de Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas, que é desenvolvida em conjunto com o MMA, que também tem ações nesse sentido. Uma missão para a subcomissão seria portanto a integração dessas ações e orçamentos, sendo que a Funai dispõe de recursos para capacitação, oficinas e atividades do gênero, afirmando que a intenção da Funai e do MMA é o avanço e amadurecimento dessa ação, que na Funai foi criada este ano e tem orçamento de 9 milhões de reais, complementar à ação de etnodesenvolvimento. Outro ponto seria a definição do marco legal. A síntese seria basicamente essa. Todo e qualquer passo nessa construção terá que ser feito com a subcomissão de etnodesenvolvimento na CNPI ao longo do ano, apresentando-se os resultados no decorrer de 2008.

A propósito da Gerência Indígena, **Gersen Baniwa** sugeriu que, após um longo processo longo de construção, os membros poderiam se manifestar formalmente ao ministro no sentido de que garanta a sua continuidade como espaço importante para os povos indígenas no MMA. O **presidente** consultou a CNPI se haveria manifestação contrária e não havendo considerou aprovada a proposta de que se apresente formalmente a demanda ao Ministro, cabendo ao próprio Gersen e a Simone, junto com Terezinha, redigir o documento. A seguir se passou à próxima subcomissão, após o que seria feito o intervalo para o almoço.

Assim, passou-se à **Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**, cujo relator, **Sandro Tuxá**, afirmou que na reunião do dia anterior se pautaram pela ata da 2ª Reunião Extraordinária da CNPI, quando discutiram a questão do aprisionamento de índios sem controle da Funai e acompanhamento jurídico adequado; que só há dados gerais sobre o aprisionamento de indígenas, não se dispondo de informações sobre o número e as condições dos indígenas presos, entre outros problemas. Como **encaminhamentos**, a subcomissão propôs: 1) Solicitar à Funai que oriente as comunidades indígenas a realizar levantamento sobre os indígenas que estão recolhidos ao sistema prisional; 2) que oficie ao DEPEN no sentido de que realize levantamento sobre indígenas presos; 3) que oriente suas administrações regionais para que apure o número de



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

indígenas presos; 4) que, dada a natureza de urgência e relevância, seja editada medida provisória para que as autoridades judiciais e policiais identifiquem os presos como indígenas e sejam obrigados a comunicar à Funai sobre a prisão de qualquer indígena, a condição deste recolhimento, e o local para onde é levado; 5) que a Funai formule projeto para que os estabelecimentos penais implementem programa visando ao atendimento dos recolhidos, envolvendo organizações indígenas, suas comunidades, administrações regionais e Funai; 6) que a Academia Nacional de Polícia passe a capacitar os policiais federais que atuam nas terras indígenas, e a Secretaria Nacional de Segurança Pública inclua em sua matriz curricular a capacitação aos demais policiais e agentes penitenciários estaduais que atuam na apuração e no encarceramento em suas regiões, devendo o curso ser desenvolvido em conjunto com a Funai, preparando conteúdos de sensibilização e capacitação, presenciais e a distância; 7) que a Funai reitere aos juízes federais a solicitação para que avaliem a possibilidade de cumprimento de penas nas próprias comunidades, visando com isso a recuperação do infrator. Segundo informou o relator, a representação indígena na subcomissão manifestou interesse no sentido de que os prefeitos municipais sejam punidos criminalmente pela não aplicação da verba destinada ao atendimento médico dos indígenas, pelo desvio de verbas; 8) que seja criada Defensoria Pública Indigenista, a fim de que os indígenas que não possam arcar com os custos de um advogado tenham assistência judiciária gratuita prestada pelos procuradores federais, integrantes da Advocacia-Geral da União, em processos administrativos e judiciais; 9) que seja realizada atividade que demonstre as dificuldades que as comunidades indígenas enfrentam no País em razão de ações isoladas que prejudicam sua imagem frente à população não indígena e nesse sentido se formalize convite ao Sr. James Anay, Relator Especial da ONU sobre assuntos indígenas, para que venha ao Brasil visitar aquelas comunidades que forem indicadas e se discuta sobre essas dificuldades; 10) que se faça convite a representantes do Ministério da Defesa para que venham apresentar a ótica daquele Ministério sobre a questão das fronteiras e das terras indígenas.

O **presidente Márcio** a seguir abriu a palavra para comentários, ao que **Alda Carvalho**, da AGU, corrigiu a informação apresentada pela subcomissão no sentido de que o acompanhamento dos indígenas deverá vir a ser feito por defensores públicos da Defensoria Pública da União e não pelos procuradores. **Anastácio Peralta** referiu-se à criação de uma Defensoria Pública indigenista, ao que foi explicado que há grande demanda para os defensores que já existem,



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

que teria de se discutir o assunto, ver como viabilizar a proposta. Sobre o que tem sido dito pelos militares quanto aos índios em fronteiras serem ameaça à soberania, Anastácio afirmou que os índios não inventaram a idéia de fronteira, países, e que a verdadeira ameaça são os que invadem e exploram indevidamente os recursos naturais; ressaltando que os índios fazem parte da nação brasileira, são brasileiros. **Saulo Feitosa**, do CIMI, foi o próximo a fazer uso da palavra, afirmando que as questões trazidas pela subcomissão são fruto da preocupação em torno do número de indígenas presos, daqueles que não tiveram acompanhamento e também de quantos respondem processo no país. A reclamação, prosseguiu, é ainda em torno da atuação dos procuradores da Funai, os quais se alega que se negam a defender os índios, afirmando-se ainda que o procurador da Funai, o Dr. Salmeirão, teria informado sobre documento de 2007 que regulamenta a atuação dos procuradores federais, estabelecendo limites para a sua atuação, no caso: 1) interesses e objetos que devem ser objeto de atuação dos procuradores; 2) os que ficam sob o arbítrio do procurador; 3) os que não são objeto da atuação dos procuradores. Saulo afirmou que entende a preocupação de se normatizar a questão, a qual se deve ao limitado número de procuradores e à grande demanda que devem suprir, mas destacando que não se pode subordinar o atendimento aos índios a essas limitações. Concluindo, reforçou a sua posição no sentido de que não se pode mais ficar nessa situação e é muito importante que se busque solução para a questão da criminalização de indígenas. **Alda Carvalho**, por sua vez, informou que há parceria com o CTI para verificar o número de índios presos, mas que atualmente já se verificou-se que a classificação de quem é preso é feita pelos diretores dos presídios, o que mascara essa realidade; que há dados segundo os quais não há mais de 80 indígenas presos, mas não é a realidade e deve ser atualizado. Sugere que se faça recomendação ao Conselho Nacional de Justiça e não só aos dos Juízes Federais, pois se trata do órgão máximo; que se estão preocupados com o que acontece desde a prisão devem buscar assegurar o acompanhamento não só por advogados, mas também por antropólogos, tradutores, pessoas que possam ajudar no entendimento entre os índios e os responsáveis pelos atos de interrogatório. **Francisca Pareci** disse que acompanha o pensamento da Dra. Débora, mas destacou que é preciso lembrar as prisões arbitrárias de mulheres indígenas, algumas delas estupradas e vítimas de violência; afirmou ainda que há toda uma campanha contra os povos indígenas, que verifica ser um processo de injustiça histórica, o que é seguido pela onda de violência que ora se verifica. Assim, concorda que se deve pensar em fazer campanha na mídia para combater o preconceito, a



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

discriminação contra os índios, pois quem tem dinheiro vai à mídia e coloca sua posição, enquanto quem não tem não pode fazer isso; afirmou que têm havido vários debates na televisão para discutir a questão indígena, mas que não são chamadas pessoas para falar a favor dos índios, exceção feita à entrevista do presidente Márcio dada ao programa Roda Viva dias atrás, o que demonstra o processo de desinformação que tem sido feito junto à sociedade sobre o que são os povos indígenas. O **Coronel Marinho**, do Ministério da Defesa, parabenizou a subcomissão pela forma de apresentação do trabalho, afirmando que a proposta será grande oportunidade para o MD colocar sua posição sobre as fronteiras em terras indígenas, e deve ser entendida como a opinião do maior órgão responsável pela segurança nacional, e que qualquer opinião pessoal deve ser entendida assim; o convite permite que esclareçam quaisquer entendimentos distorcidos sobre a questão. **Jorge Quadros**, do Ministério da Justiça, ressaltou o levantamento dos indígenas presos como um controle que a Funai deve ter, envolvendo organizações, comunidades, e que cabe ao DEPEN informar o que tem; destacou ser difícil que a área jurídica, de segurança pública, possa definir quem é ou não indígena caso não exista lei que determine qual a conduta adequada, sendo fundamental que se defina essa situação; sobre a formação dos policiais, afirmou que não são formados na questão indígena, de fato não são formados de maneira alguma para lidar com esse tipo de situação, isso nunca foi prioritário. Seria preciso se trabalhar projeto construído juntamente com a Funai, pois não há como fazer isso sem o órgão indigenista. A Dra. **Deborah Duprat** lembrou o critério que a propósito disso a Convenção n°. 169 [da OIT] estabelece a auto-determinação, que também consta em outros instrumentos, e portanto a previsão já existe.

O **presidente da CNPI** deu encaminhamento no sentido de que, em síntese, há solicitação da subcomissão para que: 1) seja expedido documento pela CNPI ao MRE solicitando que convide o alto comissário da ONU para que visite o Brasil; 2) que seja feito convite ao alto comando do Ministério da Defesa para que apresente sua posição institucional sobre a questão de terras indígenas em regiões de fronteira e a relação desse tema com a soberania nacional. A propósito; **André Araújo**, do MDA, propôs que se potencialize o pronunciamento e portanto não fique só no âmbito dela, devendo se providenciar que seja veiculado na mídia, seja via Ministério da Justiça ou outro órgão, de forma que esse posicionamento seja de conhecimento pela sociedade, tendo que vista que os pronunciamentos isolados foram divulgadas imediatamente. Propôs que isso fosse feito por meio de propagandas institucionais, com esclarecimentos sobre o que é uma terra



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

indígena por exemplo, além de outras iniciativas de governo destinadas a esclarecer a sociedade sobre essas questões. O **presidente da CNPI** retomou a palavra dando encaminhamento no sentido de que considerava a proposta aprovada, informando a propósito que houve campanha do Ministério da Cultura com vistas à valorização da diversidade cultural; o Coronel Marinho entrevistou esclarecendo que não poderia definir posição sobre isso, o que deve ser feito em nível de ministros, e o presidente lembrou que o ministro do Ministério da Defesa vai estar presente na CNPI e poderá se manifestar ele próprio; o **Coronel Caixeta** afirmou que já presenciou manifestações do ministro sobre esses temas e crê que, se aceitar o convite, não haverá problema em se manifestar; e ainda que a cobertura da mídia em audiências públicas tem sido grande e têm sido divulgados ambos os pontos de vista. O Coronel afirmou também que a seu ver há parte da divulgação negativa vem de um levantamento feito entre o dia 30 de abril e 09 de junho, sobre invasão de terras, bloqueio de estradas e outras atitudes que têm sido adotadas pelos índios e que causam reação negativa da sociedade. A propósito do comentário do coronel, **Saulo Feitosa** disse que o comentário do coronel exemplifica bem o problema que está sendo discutido, pois está se referindo a mobilizações que são direitos constitucionais dos índios de se manifestarem os quais são considerados como crimes, mas quando são manifestação de inimigos dos índios são considerados como defesa de direitos. A seu ver percebe-se a necessidade de reverter a campanha para criminalizar qualquer ato de manifestação dos povos indígenas. **Ana Paula Caldeira**, do ISA, expressou concordância e propôs que se faça campanha de esclarecimento quanto aos direitos dos povos indígenas, e que a CNPI faça uma recomendação, em nível de governo, para que se possa rebater eficazmente essa campanha de criminalização das ações dos povos indígenas. Foi lembrado que a Declaração dos Direitos Indígenas está sendo considerada como um documento que propicia aos índios cometer atos subversivos então é propício que convidem o MRE para participar da divulgação desses direitos. **Lourenço Krikati** afirmou que muitas vezes acontecem fatos, como os que envolveu os índios Kayapó, porque os índios não são ouvidos, ou porque não conhecem as leis do branco e acabam desrespeitando e isso é considerado como crime, o que às vezes acontece porque foram agredidos no passado, estão se defendendo, sendo que agora é que estão conhecendo formas melhores de se defender, e que isso deve ser entendido pelas autoridades responsáveis, sendo que os povos tradicionais não pensam em termos de lei, e por isso é preciso conversar para que possam entender. Pediu ainda ao coronel Caixeta a cópia do documento por ele citado. **Crizanto Xavante** disse que



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

não quer agredir, mas que esta é uma sociedade democrática, o que dá o direito aos segmentos de se manifestar, mesmo que de forma diferenciada, e que ficou muito triste com a declaração de que os índios são ameaça, empecilho à soberania nacional, sendo que os velhos, os anciãos, não conhecem a forma da sociedade não indígena de se organizar e que não querem atrapalhar e sim apenas serem consultados. Que querem ser tratados como iguais e não tratados como coitados, querem aprender como os não índios se organizam, realmente ter um país pluriétnico e vão continuar a se manifestar de suas formas próprias, estão conhecendo aos poucos como funciona a forma presidencialista, como a sociedade não indígena se organiza e inclusive como se expressa, pois o português é difícil e tudo isso tem que ser entendido.

O **presidente da CNPI** solicitou a seguir que se passasse à aprovação dos encaminhamentos: 1) documento ao MRE e 2) documento ao MD; 3) que o governo pense em campanha de mídia da valorização da diversidade da pluriétnicidade, aprovando-se recomendação para que seja feita campanha de comunicação para reafirmar os princípios que estão na Constituição Federal, de respeito e valorização da diversidade étnica. **Alda Carvalho** propôs que, além de ser genérica, a campanha seja voltada para reforçar os direitos indígenas, sem entrar em detalhes; o presidente ressaltou que a proposta é que a campanha deverá ser de positividade; **André Araújo** perguntou se poderiam definir um prazo para que isso aconteça, e o **presidente** disse que a recomendação é que a CNPI tome iniciativa o mais rápido possível; 4) sobre a regulamentação da atuação dos procuradores da Funai, afirmou que não era do seu conhecimento, e propõe que a subcomissão se reúna com a Funai – Procuradoria Geral Especializada para tratar desse tema, com vistas a nova orientação aos procuradores, inclusive porque a instituição conta agora com um número maior de procuradores e há procuradores jovens e novos no órgão; 5) aprovação de solicitação ao Ministério da Justiça para que suas instâncias, como o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e a Funai se reúnam com a subcomissão para se definir como podem fazer levantamento do número de indígenas presos. A Dra. Deborah ressaltou proposta da subcomissão no sentido de que os índios possam cumprir a pena num local perto da respectiva unidade da Funai, e ainda a proposta de que ao serem presos possam ser acompanhados, por ser algo que está inclusive previsto na Convenção 169, que prevê o direito de que possam se fazer entender, recomendação que deve ser encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça. Em consulta à plenária, **os encaminhamentos propostos foram aprovados.**



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

### Tarde do dia 18 de junho

Retomando as atividades da 5ª Reunião Ordinária da CNPI, foi solicitado a **José Maria**, servidor da Funai que integra a subcomissão de Políticas Públicas, que desse informe sobre o andamento das discussões sobre a Carreira Indigenista, ao que disse que a última decisão da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento é que não vai haver plano para a Funai porque não julga necessário, não reconhece o indigenismo e portanto não haver plano de carreira da Funai, enquanto que os servidores reconhecem a importância de se definir uma carreira para implantar as políticas concernentes a essa área, defendem que exista uma carreira capacitada especificamente para atuar nessa área e se pense no fortalecimento do órgão indigenista. Dado o informe, o **presidente da CNPI** disse que pelo que entende foi aprovado que a CNPI vai se manifestar no sentido de que haja um plano específico para a carreira indigenista como ponto fundamental para que a política indigenista continue funcionando, mesmo que o MPOG tenha o seu posicionamento sobre a questão. **Sandro Tuxá** pediu questão de ordem para recordar que falta aprovar vários encaminhamentos e aproveitando a presença do Dr. Ivair, da Secretaria de Direitos Humanos, gostariam de tratar da dificuldade de garantir a participação dos representantes indígenas nas conferências promovidas pela secretaria, solicitando que pelo menos 60 lideranças indígenas possam participar da Conferência Nacional de Direitos Humanos, ao que o representante da Secretaria, o qual disse ter feito vários contatos para tentar resolver essa questão, mas que já há deliberação de que 1/3 da representação das conferências estaduais deve ser de comunidades indígenas e negras, sendo que qualquer tentativa de definir um número fixo deverá passar por deliberação do ministro, que deverá tomar uma posição em breve, após discussão junto à Comissão Nacional; Sandro afirmou que vão aguardar, mas que devido à distância os índios acabam não sendo contemplados, até devido à maior organização dos representantes do movimento negro. **Carlos Nogueira**, do Ministério de Minas e Energia, apresentou questão de ordem, no sentido de que pela manhã haviam sido apresentadas 3 subcomissões, e ainda faltam 6, sendo que as maiores demandas que geraram a reunião com o presidente da República ainda não foram tratadas que são Educação e Saúde, propondo inclusive que não se estenda na discussão das outras subcomissões.

Passando à **Subcomissão de Educação Escolar Indígena** Francisca Pareci apresentou a síntese dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da subcomissão, informando que a discussão foi em torno de alguns pontos que já vinham sendo tratados, remetendo à reunião que



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

ocorreu há duas semanas em Brasília, ao que passou à leitura da síntese entregue aos presentes.

Após a leitura do documento, **Francisca Pareci** explicou que são as demandas contidas no documento advinham das discussões no âmbito da subcomissão, após o que o presidente abriu a palavra para a apresentação de sugestões. Diante disso, o presidente Márcio questionou se algum outro membro da subcomissão gostaria de se manifestar, antes disso Chiquinha afirmou que o presidente acompanhou as discussões calorosas sobre o assunto, inclusive com a participação do MEC na elaboração das propostas. Abrindo para o debate, houve as seguintes manifestações: **Sandro Tuxá** expressou preocupação no que se refere à criação de um Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, uma vez que está prevista a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, perguntando se ao criar o outro conselho isso significaria que este último não mais deliberaria sobre educação. **Deborah Duprat** expressou a mesma preocupação de Sandro, e também no sentido de que não se pensa na consulta nos níveis de base e sim somente no nível federal. **Korralue Karajá** destacou a situação dos universitários indígenas que se encontram sem nenhum tipo de apoio para se manterem na universidade, e sobre a construção da casa do estudante em Tocantins, assim como estão buscando fazer no Amazonas; afirmando que a Secretaria de Assuntos Indígenas de Tocantins é que está mantendo a Casa dos Estudantes naquele estado e a Funai contribui, perguntando a seguir o que se pensa sobre isso. **Weibe Tapeba** disse que a proposta foi muito discutida na subcomissão, que é reivindicação antiga e que se debruçaram sobre essa proposta com o intuito de qualificar a participação indígena no âmbito do Ministério da Educação, levando em conta o histórico do diálogo dos povos indígenas junto a esse ministério, sendo a intenção que os índios possam participar de vários fóruns de vários ministérios. **Anastácio Peralta** informou que nas bases tem se discutido muito a questão. A Dra. Deborah perguntou sobre a questão do magistério indígena, afirmando que isso ainda é um problema, pois é um tema sobre o qual os próprios índios se dividem, perguntando como a subcomissão se posiciona frente a isso. **Arão Guajajara**, por sua vez, perguntou à subcomissão se a experiência passada no estado do Maranhão com programas em princípios específicos para os povos indígenas que são acessados por pessoas que de fato não são indígenas, até porque não é cobrado nenhum tipo de comprovação quanto a serem ou não indígenas. Mencionou ainda que o foco está mais na formação de professores, no magistério, sendo que se poderia também propor a formação em outras áreas, até devido à saturação que pode levar os índios a saírem de suas aldeias em busca de emprego. Sandro



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

disse que é importante é a criação do conselho, só levantou dúvida quanto a ser deliberativo.

A seguir o presidente sugeriu se passar a palavra ao representante do MEC para que se manifestasse sobre as propostas apresentadas, ao que o representante do MEC, o diretor da SECAD, **André Lázaro**, que em síntese disse que o mais relevante seria o fortalecimento da educação escolar indígena no MEC, sendo que ao longo do tempo essa área foi se adensando com a participação das comunidades indígenas em diversos níveis. Sobre a criação de uma Secretaria Nacional de Educação Indígena, proposta pela subcomissão, disse que as discussões nesse sentido levaram à criação da própria SECAD, que tem a atribuição de tratar das questões relacionadas à educação no contexto de diversidade cultural, sendo que a seu ver no momento a prioridade deveria ser a consolidação de uma política nacional de educação indígena. A propósito da proposta de criação de um subsistema, disse que tudo caminha para essa discussão, devendo-se buscar atender essa demanda com a criação dos Arranjos Etno-educacionais; afirmou ainda que, de acordo com a legislação, cada ente da Federação deve ser mais responsável por um dos níveis, e que há proposta semelhante à dos Distritos Sanitários de Saúde. Prosseguindo, afirmou que o MEC entende que cumpre ao Ministério uma parte importante na impulsão dessas políticas, mas que sem a participação dos estados e municípios não vão avançar no alcance da cidadania e que sua atuação implica mobilizar esforços em diversos níveis, parabenizando a decisão da CNPI de levar adiante o debate sobre os distritos e discutir os arranjos. Sobre o censo, disse que já há um bastante completo, feito pelo INEP, que permite conhecer cada município do país, em qual língua estudam, quais as condições das escolas, não tendo sido feito outro diagnóstico porque já há informações suficientes. Sobre o Conselho, sugere que instituem o conselho do MEC, conforme já proposto, e uma vez definida a formatação do CNPI que ele se insira no âmbito do mesmo, até para não multiplicar instâncias de consulta, dividindo a responsabilidade entre diferentes órgãos e assim fortaleçam o controle social; que, ao se criar o Conselho, o órgão de controle da política indigenista, não ajuda que dividam essas instâncias, fragmentando-as, lembrando a fala de Deborah Duprat no sentido de que não se deve subestimar o papel dos estados no que se refere ao controle social. Quanto à demanda de vaga para indígena no Conselho Nacional de Educação, afirmou que não há vaga cativa para segmentos, tendo se procurado manter viva uma vaga para os povos indígenas, reivindicação legítima, mas que a seu ver não é a melhor forma de se lidar com a questão, pois não há reserva de vaga para segmentos, com vistas a que o Conselho não perca o caráter de um conselho sobre



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

educação e se torne um conselho de segmentos. Lembrou que a educação de jovens e adultos não foi citada no documento, e que há uma participação importante de professores indígenas na educação indígena, na qual 90% dos professores das escolas indígenas são indígenas. Sobre o apoio à ampliação da oferta, disse que já contam com sistema que é extremamente adequado, tendo se transferido para os estados 116 milhões de reais estritamente voltados para a educação indígena; que a Constituição Federal e resoluções do CNE apontam para a necessidade de fortalecer a parceria com os estados, havendo 80 milhões de reais destinados para a construção de escolas indígenas e sendo importante cobrar dos estados que apliquem tais recursos na estrita finalidade para a qual foram criados. Afirmou entender que estão cumprindo as atribuições que cabem ao ministério e que mudaram o problema, pois antes não tinham recursos, agora que já têm o problema é garantir o controle social, o empoderamento das comunidades para que possam de fato cobrar que tais recursos sejam de fato aplicados como devem. Sugere que incluam no documento que sejam criados os Conselhos de Educação Indígena, já que não há possibilidade de que o MEC, de Brasília, implante a política indígena em todo o país, sendo preciso cobrar dos estados o que lhes cabe e foi atribuído pela própria constituição, afirmando a estrita e clara recomendação do MEC para que os estados busquem a parceria com organizações indígenas e outras organizações que detêm grande conhecimento sobre a questão indígena. A seguir falou sobre o Fundeb, que cria cesta de valores para os estados e as distribui entre os estados de acordo com determinados critérios; que esse Fundo é um avanço imenso para o país, mas atendia apenas algumas regiões, e no formato atual se compromete a aumentar progressivamente os recursos para a educação, sendo que o segmento indígena recebe valor maior de financiamento que o não indígena, onde novamente entra a questão do controle social, que deve ser fortalecido, cabendo se cobrar que de fato os recursos do Fundo sejam usados para o fim a que foram destinados, sendo que há matrícula de cerca de 53 milhões de estudantes indígenas e a seu ver há plena condição de exercer o controle social. Armando afirmou ainda que o presidente Lula distinguiu positivamente os povos indígenas no que se refere ao atendimento diferenciado a mais da merenda, recursos e transporte. Sobre a questão das escolas indígenas, disse que os projetos são bem feitos, de maneira que as construções sejam bem feitas e adequadas às necessidades de cada comunidade; que há um problema com relação aos modelos de contratação de professores indígenas, questão que vem sendo discutida com a Dra. Deborah Duprat, e que está sendo feito levantamento de todos os padrões de modalidade de contratação para que se



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

possa definir a melhor forma de fazer tais contratações. Tratou ainda sobre a elaboração de diretrizes curriculares, tema que está em discussão; sobre dotação orçamentária específica, informando que a execução orçamentária do MEC é complexa; sobre a retomada do financiamento de organizações indígenas, a respeito do que afirmou que não é correto que o Ministério defina em Brasília quais as organizações que devem ser escolhidas em todo o país, quando de fato se deve atuar no sentido do empoderamento local, exaltando o papel dessas organizações, que considera extraordinário. Finalizando, informou sobre o que tem sido feito com relação ao REUNI e que vê como promissora a idéia de estudar o modelo de ampliação do número de indígenas nas universidades. Finalizando, afirmou que, com exceção da proposta de criação de uma Secretaria Nacional de Educação e de vaga cativa para indígena no CNE, as quais não tem autoridade para discutir, todos os demais pontos estão dentro do horizonte no qual o MEC já vem trabalhando, tratando-se de uma ótima agenda de trabalho a ser seguida e que demonstra a maturidade da subcomissão, destacando apenas o questão da educação superior, que não foi incluído no documento apresentado pela relatora.

Retomando a palavra, o **presidente da CNPI** propôs que se entrasse no debate, ao que **Marcos Xucuru** disse ter ficado angustiado diante da apresentação do representante do MEC, pois se remete a responsabilidade aos estados, quando estão justamente propondo uma guinada nisso e que o Estado brasileiro assumira de fato a sua responsabilidade constitucional, pois sabe-se que a relação com os municípios é muito conflituosa e, para se garantir de fato a participação indígena, não se pode continuar na perspectiva do atendimento pelos municípios e estados. **Arão Guajajara** disse ver o interesse do governo federal em perpetuar a transferência da responsabilidade para os municípios e estados, apesar de ser do conhecimento que não querem o bem dos povos indígenas, que há conflitos violentos por questões fundiárias, matanças de índios e não se respeita a Constituição. **Weibe Tapeba** disse que a fala do representante do MEC é totalmente distanciada da realidade, pois a maioria dos estados não têm diálogo com os povos indígenas, não há qualquer proximidade e usam os recursos como querem, citando como exemplo sua região, em que começaram a ter aulas sem estrutura, sem material, e que por exemplo, apesar de aparentemente o MEC já ter enviado os recursos para a merenda, as escolas até hoje não tiveram acesso a esses recursos. **Francisca Pareci** esclareceu que o documento precisava pautar as maiores prioridades, e que havia tantas que inclusive houve confusão. Parabenizou o MEC, atribuindo nota



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

10 para os programas para o povo brasileiro, como cotas e outros, mas afirmando que para os índios chegam apenas ações pontuais, que não atingem a maioria, e que muitas ações dependem da boa relação com os estados, como por exemplo existe no Mato Grosso, onde conversam até com o secretário de Educação, o que todavia não é a realidade da maioria das comunidades, já que na maior parte o distanciamento é grande. Chamou atenção para o fato de que demandas quanto à modalidade “Jovens e Adultos” não aparece em todas as regiões, pois alguns reitores abriram espaço para as demandas indígenas e outros não. Afirmou que o Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena no âmbito do MEC trataria especificamente de uma competência e a subcomissão no CNPI teria outra competência. O secretário André Lázaro disse que ninguém é indiferente a quem luta e a quem pede mais educação; que sob hipótese alguma estão lavando as mãos para o que os ministérios fazem, mas que não podem ser desresponsabilizados, que devem ser trazidos à lei e não anistiados de suas obrigações, que o papel do MEC não é de abandonar suas responsabilidades, e que o Ministério tem cumprido o que lhe cabe, tem participado, e nunca vai ficar contra quem está pedindo mais educação; que estava sendo sincero e que a compreensão é que têm que disponibilizar os recursos para os estados implantarem as ações. Informou, enfim, que a Conferência Internacional de Jovens à qual se referiu Chiquinha é a primeira a ser sediada na América do Sul. **Gilberto Azanha** ressaltou que a interpretação de André é que há norma segundo a qual os 3 entes da Federação são obrigados a participar da educação, porém que a seu ver há outras normas que colocam a questão indígena como estando diferenciada nesse contexto. **Deborah Duprat** disse que a lei pode ser lida de várias maneiras, e que à época em que se discutiu a Resolução n.º. 3 podia se interpretar que não havia exceção e a educação escolar ficaria inserida no contexto geral, posição a qual prevaleceu a partir da constatação de que não se cria Estado plural se todos os entes não estão participando desse contexto, conclusão que foi obtida numa audiência pública; que nada impede que se procure repensar o modelo uma vez se verificando que o sistema geral não está funcionando; outro argumento é que não há fonte de financiamento para um sistema específico, diferenciado para a educação indígena, portanto uma leitura pragmática. Mas a seu ver nada impede que se faça uma leitura diferente.

Iniciando a apresentação da **Subcomissão de Saúde**, o relator **Arão Guajajara** informou sobre os temas discutidos na reunião da subcomissão, conforme ata distribuída aos presentes, a seguir apresentando os temas que seriam levados ao Presidente da República e aos



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

ministros presentes à reunião da CNPI, conforme a seguir: 1) autonomia administrativa e financeira dos DSEI's, com a criação de mecanismos de repasse financeiro direto do Fundo Nacional de Saúde aos distritos e alteração do Decreto 4.727/2003; 2) realização de concurso público federal, atendendo ao Termo de Conciliação a ser firmado entre o Governo e Ministério Público do Trabalho – MPT; 3) criação imediata de comissão interinstitucional para elaboração de uma política de recursos humanos para o Subsistema de Saúde Indígena com Plano de Carreira para o trabalho no contexto intercultural; 4) reposição do orçamento para a saúde indígena; 5) investimento em infra-estrutura e logística para a atenção básica de saúde nas terras indígenas; 6) estruturação e fornecimento de apoio técnico e logístico aos Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena e ao Fórum dos Presidentes dos Condisi para seu pleno funcionamento, com a criação de uma rubrica orçamentária própria para o financiamento das ações de controle social; 7) garantia nos DSEI's de setor próprio de Saneamento Básico, Endemias e Vigilância Ambiental; 8) não municipalização da saúde indígena, pela execução federal direta da atenção básica de saúde pelos DSEI's e pela atuação complementar dos municípios e estados nas ações diretas de média e alta complexidade, assegurando a participação do controle social em todas as ações, inclusive nas pactuações da Portaria 2.656/07; 9) regulamentação imediata da categoria profissional do Agente Indígena de Saúde – AIS e Agente Indígena de Saneamento – AISAN. Após a leitura, Arão afirmou que, em síntese, são 9 pontos a serem apresentados, questões mais gerais, tendo em vista a impossibilidade de se levantar todas as questões pontuais vivenciadas em cada região do país; solicitou ainda que se lembre de encaminhamento já aprovado em reunião anterior, no sentido de que a portaria nº. 2656\07 seja discutida pelas base, fortalecendo o controle social.

Ao fim da apresentação, o **presidente da CNPI** perguntou se algum outro membro da subcomissão gostaria de se manifestar, ao que **Brasílio Priprá** ressaltou que a saúde vive uma situação preocupante, pois os recursos são descentralizados pelo governo, mas não chegam nas comunidades, citando como exemplo os gastos com aluguel de veículos, e a propósito questionando quanto realmente é gasto com a saúde indígena. **Marcos Xucuru** levantou dúvida quanto à questão da pactuação, solicitando explicações sobre esse tema, ao que **Deborah Duprat** esclareceu que a portaria estava suspensa, ao que **Wanderley Guenka** informou que foi prorrogada por mais 180 dias pelo Ministério da Saúde, após o que Deborah afirmou que a recomendação do MPF não foi atendida e que o grupo de trabalho vai se reunir para decidir o que fazer em termos de ação judicial.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

**Luiz Titiah** disse do que foi dito chama atenção a questão da pactuação com os municípios sem levar em conta os conselhos locais, questionando o fato de que não há levantamento geral do que está acontecendo na saúde indígena, bem como a forma como são usados os recursos, por exemplo aqueles destinados ao conserto de veículos, citando também o caso de 3 indígenas que estudaram medicina em Cuba e as dificuldades que têm encontrado ao voltar para o Brasil. Lourenço Borges disse que gostaria de aproveitar a oportunidade para destacar que em alguns lugares a política de saúde está dando certo, mas na maioria não, narrando a seguir problemas que estão sendo vivenciados no Maranhão; **Korralue Karajá** tratou dos problemas relacionados à pactuação com os municípios; **Francisca Pareci** destacou a importância dos temas colocados pela subcomissão, pedindo explicação sobre a questão da regulamentação dos AIS e AISAN; perguntou ainda sobre a proposta de formação que o MEC estaria disposta a bancar e não o fez por decisão da Funasa; **Luana Arantes** afirmou que em uma reunião do CISI ficou surpresa pois muitos não sabiam da existência da CNPI e quem conhecia não sabia do que trata; **Carmem Pankararu**, membro do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde fez fala em que tratou da atuação do Fórum e ressaltou a importância da troca de informações; foram destacados ainda problemas relativos à pactuação com os municípios, afirmando-se que o modelo está equivocado, pois o subsistema diz que os recursos não podem ser passados para os gestores, fazendo-se a defesa do fortalecimento do controle social, capacitação dos conselheiros, interação com as lideranças na base e da autonomia política para agir.

O **presidente da CNPI** agradeceu as falas e lembrou que desde o primeiro dia de funcionamento da CNPI, ao aprovar a criação das subcomissões, as mesmas foram abertas aos membros de órgãos representativos dos segmentos relacionados à política indigenista, recomendando que cada subcomissão troque informações com os organismos já existentes de participação e controle social criados pelo movimento indígena ou abertos pelo governo, pois a CNPI é instância máxima de deliberação e consulta e faz parte de seu trabalho contar com esse tipo de participação, pois se trata de espaço para se estabelecer diálogo, sendo as subcomissões espaços abertos para essa participação. O representante de Rondônia, **Heliton Gavião**, afirmou que, ao se falar de saúde, se está falando na vida de seres humanos, e falta que a política favoreça a saúde; destacou ainda o alto índice de hepatite em sua região, situação que não tem sido priorizada pela Funasa como deveria, ao que pede que os parentes apóiem os índios de Rondônia e que seja feita



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

auditoria na Funasa, narrando os problemas e fazendo uma série de considerações sobre o assunto. **Sansão Flores** disse que a saúde é sempre um problema e causa divisões; que houve avanços na questão da medicina preventiva, mas que ainda há problemas quanto à implementação pelos municípios, pois não raro os prefeitos são anti-indígenas, daí a preocupação com relação à portaria que está em discussão. Com relação à formação de pessoal para a saúde, sugere que se implemente espaço específico na Conferência Nacional de Educação para discutir essa questão, propondo a presença dos representantes da CNPI nos eventos, como conferências, oficinas etc., em todas as situações relacionadas à política. A Dra. **Deborah Duprat** reforçou a fala de Carmem, afirmando que a lei Arouca é uma das mais perfeitas que já viu, mas não é cumprida, não há autonomia dos distritos, o que pode ter reflexos na própria portaria 2656\07, tendo sido feita segundo a noção de descentralização e que as pactuações teriam que ser feitas a partir dos distritos. Manda ainda recado para o movimento indígena e à CNPI, sobre ação que está sendo proposta pelo fim das terceirizações, sendo que a Funasa está se reestruturando, inclusive com plano de cargos etc., o que deve ser acompanhado pelo movimento indígena para que se mantenha a devida importância ao tema, já que a o órgão não trata só de saúde indígena e portanto devem participar das reuniões com o MPT e Funasa a fim de ficarem bem inteirados do assunto. **Wanderley Guenka** afirmou que o subsistema de saúde já surgiu com problemas, que houve vários problemas por equívocos de gestão, que ficam represados nas coordenações regionais, explicando que inicialmente, ao se aumentar os recursos para a Funasa, providenciou-se a normatização do repasse, o que foi feito por meio do decreto, que normatiza o repasse dos 450 milhões em recursos da SAS, afirmando que não houve nenhuma outra intenção com a portaria a não ser melhorar os procedimentos. Concorda que sem autonomia geram-se todos os problemas que foram citados, que é uma situação problemática; disse que já está adiantada a questão da autonomia dos DSEIs, que deveria ter sido normatizada desde 1999, foi discutida com o Dr. Danilo, que concordou e vai levar ao ministro Temporão e a disposição, que deverá ser estabelecida em um decreto, é que o Distritos se tornem de fato unidades gestoras, assim como que as chefias dos distritos sejam privativas de funcionários do Ministério da Saúde, evitando ingerências políticas. Em síntese, afirmou que há 3 iniciativas previstas: a implementação da autonomia dos DSEIs, a criação de Unidades Gestoras e a redefinição do quadro de pessoal, propondo-se a substituição gradual do quadro de terceirizados por concursados, por uma modalidade de contratação que seja condizente com as diferentes realidades dos país e não só pela



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

lei n. 8112, estando prevista a assinatura de portaria no dia seguinte amanhã criando um grupo de trabalho para tratar desses assuntos. Sobre os problemas pontuais apontados pelos representantes indígenas, disse concordar que existem de fato e que são graves, mas destacou que é preciso ter em conta que também há avanços: a população indígena tem crescido, tem diminuído a mortalidade infantil, vai ser feita recomposição do orçamento, entre outros, apesar do que ainda há vários problemas a enfrentar. Informou, finalmente, que a Funasa está retomando a participação tripartite na CISI, que foram adquiridas 100 viaturas e vão ser compradas mais 100, que será feita a descentralização de 85 consultórios dentários completos, entre outras iniciativas. **Francisca Pareci** disse que, ao saber de todas as mudanças previstas, preocupa-se com a grande ingerência política-partidária no estado do Mato Grosso, devendo-se estar atendo a isso, pois a mesma envolve infraestrutura, recursos humanos, problemas financeiros, o nepotismo. **Lourenço Borges** perguntou quem seria o culpado pela situação em que se encontra a saúde indígena hoje, como se faz para resolver agora os problemas que apresentaram, que as respostas são evasivas, se vão ter que esperar a portaria que o sr. Wanderley informou que será publicada. **Luiz Titiah** perguntou como vai ficar a questão do atendimento de emergências durante a noite nas comunidades e como fica a situação da Casa de Saúde Indígena de Brasília; **Crizanto Xavante** disse que, a propósito da fala do representante Funasa sobre a compra de veículos, há a necessidade de se melhorar a frota da sua região, demandando resposta imediata sobre a renovação. Sobre o seu distrito, disse que está sem convênio há 8 meses, não havendo recursos para atender emergências, o que configura situação do abandono. **Wanderley Guenka** esclareceu que não é indicado politicamente e sim um técnico, que em toda sua vida tentou se pautar pela transparência, e que de fato há DSEIs cuja frota está sucateada, mas que não será possível comprar 600 viaturas em um ano, ou seja, atender toda a demanda de uma vez. Destacou que não há como resolver todos os problemas que encontrou quando assumiu, que estão trabalhando como podem, afirmando que a coordenação local da região de Luiz Titiah deve ter pelo menos uma oficina que possa fazer o conserto desses veículos, até porque não se pode depender apenas da locação de carros como acontece em alguns locais. Informou ainda que no Maranhão nunca houve conselho distrital, ou seja, nunca houve controle social; além do mais, há muita divisão entre as comunidades e é difícil chegar a um consenso para resolver os problemas, enfim, há problemas de gestão nos quais não têm como intervir, a não ser que troquem as pessoas responsáveis, como às vezes se faz. Prosseguindo, afirmou que há medidas



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

que são adotadas devido à necessidade de que haja o mínimo de controle, mas que quando se faz isso há resistência e se diz que se está dificultando. Informou que foi feita grande compra de medicamentos, mas é preciso ver porque há falta em determinados locais, analisando-se caso a caso; sobre a Casai de Brasília, afirmou que há 10 anos era preciso mudá-la de lugar, pois tem uma série de problemas, sendo que nesta cidade é difícil conseguir uma casa do porte que é necessário e às vezes, quando se encontra, os proprietários não têm interesse em alugar; destacando ainda que não é possível que uma Casai tenha 400 moradores, como acontecia aqui, alguns dos quais vêm com a família inteira, ficam morando no local e se recusam a sair. Sobre a questão colocada por Chiquinha, disse que se houve ingerência não foi feita por ele e que vão ver como retomar a questão. **Edgard Magalhães** afirmou ainda que todas as providências que estão sendo tomadas visam ao fortalecimento de gestão, são voltadas para se gerir melhor a política de saúde indígena e que algumas coisas não serão mudadas sem se melhorar a gestão.

Dando encaminhamento aos trabalhos, o **presidente da CNPI** passou à validação do que foi discutido nas subcomissões, quando **Celso Correa**, da Subcomissão de Políticas Públicas, lembrou que deveria ser preenchido formulário entregue aos representantes de governo e devolvido à subcomissão. membros. **Gilberto Azanha** perguntou se, dada a resistência sobre a criação de plano de carreira para os funcionários da Funai, há implicação para a reestruturação do órgão, realização de concurso e afins, ao que o presidente disse que essas ações podem ser levadas adiante separadamente, mas que de fato a aprovação do plano é essencial para o futuro da Funai. **Deborah Duprat** disse que tem que essas ações deve seguir juntas, pois só reestruturar o órgão não adianta nada, mudar DAS de lá para cá, pois o plano de cargos e salários tem a ver com a carreira, e implica concurso público; o **presidente** esclareceu que outra coisa seria a criação de cargos para que haja a reestruturação, concordando que essas ações são complementares mas que são independentes, entendendo que deve haver posicionamento para que o Ministério do Planejamento mude de opinião e monte um plano específico para a Funai, junto com a reestruturação, plano de cargos. Respondida a questão, foram aprovadas as deliberações da subcomissão.

Encerrando as atividades do primeiro dia de reunião, o **presidente da CNPI** deu encaminhamento para as propostas da Subcomissão de Etnodesenvolvimento, que foram aprovadas; para as da Subcomissão de Justiça e Cidadania, que foram aprovadas sem ressalvas; quanto à leitura feita pela Subcomissão de Educação do texto contendo os temas a serem apresentados na reunião



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

com o Presidente Lula e ministros, **Gilberto Azanha** perguntou sobre a proposta de criação dos conselhos estaduais, que não se encontrava prevista no documento, perguntando se viria a ser incluída, ao que **Chiquinha** esclareceu que sim, o tema constará no documento que será entregue ao presidente Lula, mas não foi incluído no que foi lido tendo em vista o tempo reduzido. Após consultar a plenária sobre outras ressalvas, foi aprovado o encaminhamento da subcomissão; com relação à Subcomissão de Saúde, foi aprovado o relatório apresentado pela subcomissão, com a lembrança feita por Francisca Pareci no sentido de que o sr. Wanderley Guenka comprometeu-se a trazer ao conhecimento da CNPI informação quanto à capacitação dos agentes de saúde indígenas. Finalizando, o presidente lembrou que tudo o que foi discutido estará registrado em ata como sendo sugestões e propostas e que as subcomissões poderão proceder à correção e inclusão posterior de informações se for o caso.

#### **Dia 19 de junho**

O presidente substituto da CNPI e da Funai, **Aloísio Guapindaia**, deu início aos trabalhos da manhã do dia 19 de junho de 2008 informando que substituiria o presidente da Funai nos trabalhos da manhã, tendo em vista que este se encontrava ocupado finalizando a apresentação do período da tarde. Assim, informou sobre as subcomissões que ainda deveriam ser apresentar e questionou sobre a ordem a ser seguida. A propósito de Raposa Serra do Sol\Subcomissão de Terras, **Deborah Duprat** sugeriu que a CNPI propusesse ao Conselho Nacional de Justiça ou ao Superior Tribunal de Justiça a realização de um seminário, em que os juízes federais e dos tribunais superiores estivessem presentes para ouvir sobre a questão, sugerindo que já se encaminhasse a proposta pronta. A plenária definiu a ordem de apresentação das subcomissões da seguinte forma: Assuntos Legislativos; Gênero, Infância e Juventude; Empreendimentos com impactos em terras indígenas e finalmente Terras Indígenas. Marcos Xucuru disse que gostaria de fazer algumas indagações sobre o Anteprojeto de Lei criando o Conselho, devendo se manifestar ao fim das apresentações.

**Antonio Potiguara**, da **Subcomissão de Assuntos Legislativos**, iniciou informando que na reunião da subcomissão trataram de 4 pontos específicos, que constam da ata entregue aos membros, e que entraria logo no mérito dos encaminhamentos propostos, que são: 1) realização do Seminário sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, para fins de estudos do conteúdo, em Brasília, nos



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

dias 07, 08 e 09 de agosto de 2008 (quinta, sexta e sábado) e 10 oficinas regionais em 5 datas diferentes, distribuídas da seguinte forma: 1 - Manaus e Chapecó em 26, 27 e 28 de agosto de 2008; 2 - Belém e Fortaleza em 09, 10 e 11 de setembro de 2008; 3 - Imperatriz e Recife em 23, 24 e 25 de setembro de 2008; 4 - Porto Velho e São Paulo em 07, 08 e 09 de outubro de 2008; 5 - Campo Grande e Belo Horizonte em 21, 22 e 23 de outubro de 2008; 2) manifestação do Presidente da CNPI ao Presidente da Câmara e líderes dos partidos para que coloquem em votação o recurso que trata da tramitação do PL 2057/91 (Estatuto das Sociedades Indígenas); 3) que a presidência da CNPI recomende às presidências da Câmara e do Senado Federal a criação de comissões especiais e temporárias, com o objetivo de discutir e apresentar proposta de modificação dos seus respectivos regimentos internos a fim de disciplinar a tramitação de proposições legislativas suscetíveis de afetar diretamente povos indígenas; 4) encaminhamento do presidente da CNPI aos presidentes do Senado e da Câmara e aos líderes das bancadas e blocos partidários para que sejam realizadas as Consultas Prévias aos povos indígenas em relação às proposições legislativas já em tramitação nessas Casas, conforme a Convenção 169 da OIT; 5) manifestação do presidente da CNPI aos presidentes do Senado e da Câmara, bem como aos líderes dos partidos, no sentido de que os projetos de decretos legislativos que visam a sustar os decretos de homologação das demarcações das terras indígenas sejam rejeitados por não se constituírem atos normativos; 6) manifestação do presidente da CNPI aos presidentes do Senado e da Câmara bem como aos líderes dos partidos para que os projetos de decretos legislativos sobre aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas sejam rejeitados, pelo fato de não estarem previstos em lei complementar, como ato de relevante interesse público da União, conforme estabelece o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal e por não estarem previstos em Lei Ordinária as condições específicas para estes aproveitamentos, conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 176 da Constituição Federal. Concluída a apresentação, **Gilberto Azanha** questionou o ponto 5, quando se diz “sustar os decretos legislativos”, sugerindo que se incluía também “portarias declaratórias”. **Saulo Feitosa** reforçou a preocupação sobre o Congresso Nacional e afirmou que estão fazendo 2 propostas – uma relativa às matérias em tramitação e outra com perspectiva de médio e longo prazo, ou não terão condições de fazer o que está proposto, destacando que a subcomissão está disposta a entrar diretamente em contato com os presidentes de bancadas. **Francisca Pareci** referiu-se à proposta de realização de seminário, afirmando ser muito importante, mas questionando qual o critério para a



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

divisão em regiões, em especial no caso de Mato Grosso, ao que **Saulo** explicou que a divisão foi definida em setembro do ano passado, que a lista se refere ao local de realização, sendo que Mato Grosso deverá ficar junto com o estado do Maranhão, com a oficina se realizando em Imperatriz. **Francisca**, por sua vez, afirmou que é muito distante de Mato Grosso, e que se concordarem seria melhor que fosse feita em Campo Grande ou até mesmo em Porto Velho, destacando que a discussão sobre o Estatuto é questão antiga, e que é muito importante acompanharem de fato o seminário; **Saulo** disse que não haveria problema e que podem discutir essa questão depois e **Francisca** completou sua fala solicitando que esse tema também fosse abordado em outros eventos, pois há muita carência de informações a seu respeito. **Deborah Duprat** afirmou que não haveria maiores dificuldades para se implementar a proposta relativa aos projetos legislativos, que é muito interessante, sendo que o Congresso poderia de fato promover esse entendimento.

Passando à próxima subcomissão, **Simone Karipuna** apresentou os informes da **Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**, passando à leitura dos temas a serem abordados na reunião com o Presidente Lula e ministros, quais sejam: 1) estruturar políticas públicas a partir das especificidades dos povos indígenas, com a participação dos diferentes povos; levando-se em consideração a questão de gênero, infância e juventude; 2) garantir efetivamente a participação das mulheres e jovens indígenas na construção das políticas públicas, em suas várias fases (elaboração, execução, monitoramento e avaliação); 3) garantia de apoio ao fortalecimento das organizações indígenas para assegurar uma maior efetividade e controle social das políticas públicas destinadas a esses segmentos; 4) garantia da Participação de jovens e mulheres indígenas nos diversos Conselhos Nacionais e Fóruns Específicos sobre políticas públicas; 5) garantir políticas públicas às mulheres e jovens indígenas, como, por exemplo, as voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres e as de cunho geracional; 6) assegurar programas e ações específicos aos povos indígenas de enfrentamento à incidência de alcoolismo, drogas, exploração sexual e prostituição; 7) garantir programas e ações educacionais voltados às especificidades dos povos indígenas, assegurando a formação e capacitação voltadas ao protagonismo das mulheres e jovens indígenas; 8) assegurar ações de cultura e esporte às mulheres e jovens, a partir das especificidades desses povos; 9) fortalecer o espaço institucional voltado às mulheres e jovens indígenas na FUNAI, em interlocução com os demais órgãos de governo que atuam com essa temática; 10) efetivar as Ações do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, destacando-se o enfrentamento à violência contra as



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

mulheres indígenas e as políticas de geração de trabalho e renda; 11) assegurar o enfoque específico à juventude indígena nos programas e ações do governo destinadas à juventude, como por exemplo, o Pro-Uni, Segundo Tempo, Pró-Jovem, dentre outros; 12) garantir a existência de programas e ações que revitalizem, fortaleçam e valorizem os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; 13) assegurar recursos orçamentários específicos nos vários programas que garantam a efetivação dos direitos das mulheres, jovens e crianças indígenas. Finalizada a apresentação, a **Dra. Deborah Duprat** levantou uma questão que afirmou considerar muito grave, que se trata da adoção de crianças indígenas, que foi debatida também por Antonio Caboquinho, Aarão, Francisca e por Dodô Lorenço, citando-se a falta de condições por parte das mães de criar seus filhos, o que acaba fazendo com que abram mão deles, a situação dos idosos, que comprometem suas aposentadorias com empréstimos, ou dos estabelecimentos que retêm os cartões dos aposentados, não se fazendo o devido controle dessa situação. **Lylia Galetti** sugeriu que se verifique o que se pode definir concretamente sobre a situação das adoções levantada pela Dra. Deborah, ao que esta sugeriu que se procure orientar os juízes responsáveis pela adoção, mostrar o que está por trás de tantas adoções, como é o caso que se vê no Mato Grosso do Sul. **Saulo Feitosa** disse que o preocupa nesse estado é que têm sido feitas muitas adoções, inclusive por casais estrangeiros, sendo preciso também se verificar a situação do jovens indígenas presos, sendo o caso de constar no Pronasci alguma previsão específica para os jovens indígenas. **Brasílio Priprá** observou a questão das adoções que são feitas dentro da área indígena, na mesma família, o que é feito tradicionalmente, sendo que há dificuldade em termos jurídicos para registrar essas crianças, citando também os problemas com cartões de aposentados. **Helena de Biase**, da Coordenação Geral de Educação da Funai, informou que a CGE tem ação sobre mulheres e crianças indígenas, tendo sido feito levantamento sobre os problemas e que se verificou situações muito graves; informou ainda que houve trabalho conjunto com o Conanda no sentido de sair recomendação para que se garanta vagas para indígenas nos conselhos tutelares; que se está trabalhando numa nova visão do ECA, destacando o fato de o próprio Conselho Tutelar discriminar as crianças indígenas, punindo-as duplamente. Em síntese, destacou que a Funai tem tomado atitudes sobre essa situação. Deborah se referiu à questão do registro de crianças indígenas, sugerindo que se convide a Secretaria Especial de Direitos Humanos à CNPI para tratar dessas questões; e que a CNPI estude a questão dos empréstimos consignados para indígenas, informando ainda sobre a existência de um grupo que está tratando dessa questão e



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

que a retenção do cartão pelos estabelecimentos é caso de polícia, é crime. **Léia Vale**, da Coordenação de Mulheres\Funai e integrante da subcomissão, em síntese, falou sobre o trabalho que tem sido realizado pela Coordenação por meio de ação desenvolvida no âmbito da Coordenação de Desenvolvimento Comunitário da Funai, que propiciou a realização de 13 oficinas e vai resultar na implantação de 13 projetos – 6 já elaborados e os demais em fase de elaboração, participação em fóruns e outras atividades, e também que tem atuado por meio da Coordenação das Mulheres e da subcomissão da CNPI. Ivair Augusto Alves dos Santos, da Secretaria de Direitos Humanos, disse que estão dispostos a fazer apresentação sobre registro civil; quanto à questão da adoção, disse que há denúncias muito graves sobre o Centro-Oeste, em especial na região de Dourados e há programa que deverá ser implantado especificamente nessa área. No trabalho de revisão do ECA se vê com muito bons olhos a idéia de que as crianças indígenas tenham um tratamento específico, afirmando a disposição para trabalharem em conjunto. **Edilson Ingaricó** destacou sua preocupação sobre aposentadoria e empréstimos, também disse que deve haver fortalecimento da organização política das comunidades; **Crisanto Xavante** solicitou que se trate da questão da adoção sem critério e denunciou que as enfermeiras na região dos Xavante agenciam as mães para doarem as crianças.

A seguir se passou à **Subcomissão de Acompanhamento dos empreendimentos com impactos em terras indígenas**, com a palavra o representante indígena Ivan Bribis, que passou à leitura da ata feita pela subcomissão e propôs os seguintes encaminhamentos: 1) agilizar a aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 260/90; 2) recomendar ao governo se abster de aprovar empreendimentos que afetem terras indígenas, antes da aprovação da Lei Complementar que define os atos de relevante interesse da União e do Estatuto dos Povos Indígenas, no qual são previstas as condições específicas para pesquisa e lavra de minérios e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas; 3) analisar e definir o encaminhamento da proposta de regulamentação do componente indígena no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam terras e povos indígenas; 4) que os membros da Subcomissão analisem e corrijam/complementem as informações constantes nas listagens de empreendimentos que afetam terras indígenas, fornecidas pela Funai; 5) que se agilize o geo-referenciamento dos empreendimentos que afetam terras indígenas, para fazer a plotagem em mapa por terra indígena; 6) que se realizem seminários regionais para analisar, complementar e discutir as listagens fornecidas pela Funai, com o objetivo de acompanhar os empreendimentos que afetam terras indígenas; 7) que se estude mecanismos de



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

participação dos povos indígenas na definição de prioridades de desenvolvimento do país; 8) que se solicite ao MME e ao MMA que designem seus representantes na Subcomissão; 9) que se convide o IBAMA a acompanhar as reuniões da Subcomissão. Ao fim da apresentação, abriu-se a palavra para os demais membros, ao que **Gilberto Azanha** perguntou e comentou sobre a questão da aprovação do projeto de lei complementar nº. 260/90, que define os atos de relevante interesse da União; **Deborah Duprat** comentou que o Ministério Público Federal, na grande parte de suas ações, vem apontando a inobservância do referido parágrafo, pois entende que se depende de fato da regulamentação desse artigo; concorda que o projeto de lei é de fato de grande importância; destacou que o relevante interesse é da União e não dos estados, lembrando que há várias propostas de PCHs no Mato Grosso por exemplo, que são iniciativa do estado, entretanto o judiciário tem entendido que os empreendimentos que margeiam terras indígenas não se incluem no que está definido no artigo 6º. **Brasílio Priprá** afirmou que dá a impressão de que se prefere fazer os empreendimentos nas terras indígenas, já que muitos incidem nas mesmas; solicitou ainda que se encontre caminho para que as comunidades indígenas sejam consultadas, já que são sociedades diferenciadas. **Francisca Pareci** destacou novamente a situação do estado do Mato Grosso, citando liminar que afeta os índios Cinta-Larga que tentavam impedir a construção de hidrelétricas no rio Juruena; **Marcos Xucuru** afirmou a preocupação quanto aos empreendimentos que estão sendo feitos em terras indígenas, diante do que demandam marco regulador para lidar com essas situações. Sugerindo-se que seja feita recomendação da CNPI sobre a necessidade de o Congresso aprovar a lei complementar que regulamentaria esses empreendimentos. **Ak'jabor Kayapó** disse que o problema é que [os índios] estão brigando pela terra mas ela continua sendo da União e que o governo deveria ajudar o índio que está morrendo para defender a terra e não ser contra ele. **Carlos Nogueira**, do Ministério de Minas e Energia, destacou que o código mineral deixa bem claro o que é solo e o que é subsolo e portanto quando se diz que “são bens da União” então está se referindo a interesses da União, então teria que se regulamentar o artigo 3º e o 6º, ao que o **Coronel Caixeta**, do Gabinete de Segurança Institucional disse compartilhar da preocupação de Carlos Nogueira.

A seguir se passou à **Subcomissão de Terras Indígenas**, com o relator fazendo comentários sobre a importância das terras indígenas, e a seguir lendo o documento contendo os temas discutidos na reunião da subcomissão e suas propostas de encaminhamento, quais sejam:

- 1) Realização de reunião extraordinária da subcomissão, com duração de 03 dias, da qual



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

participariam os membros titulares e suplentes e para a qual seriam convidados um representante indígena de cada região, com conhecimento da realidade fundiária local e indicado pelas organizações indígenas regionais (COIAB, APOINEME; APIRSUL; APIPAN; COAPIMA). Esta reunião seria agendada para a semana imediatamente anterior à próxima reunião da CNPI;

2) Garantia de recursos humanos, assim como infra-estrutura e logística necessárias ao órgão indigenista oficial para a demarcação e desintrusão e proteção das terras indígenas;

3) Recomendação ao Ministério do Planejamento e Gestão para que agilize a aprovação e implementação do Plano de Cargos e Salários e a reestruturação da FUNAI;

4) Recomendação para que a Funai busque parcerias para as ações de regularização fundiária;

5) Proposição de uma moção/comunicação/mensagem ao STF manifestando a preocupação da CNPI com a insegurança jurídica generalizada se uma decisão daquela Corte revisar a TI Raposa Serra do Sol, o que tornaria vulnerável todas as terras indígenas do país já reconhecidas. Concluída a apresentação, foi aberta a a palavra para discussão, ao que **Luiz Fernando Matchua** relatou a situação de sua terra; **Antonio Potiguara** solicitou que fosse revista a proposta de se aprovar moção a ser enviada ao Supremo, no sentido de que se mudasse o tom, dirigindo-se ao STF manifestando a confiança de que o órgão vai deliberar de forma a não promover a insegurança jurídica, e não o contrário, aprovando-se o envio da moção, mas não exatamente como foi proposta; **Deborah Duprat** reiterou a proposta feita anteriormente de que seja realizado seminário como o Conselho Nacional de Justiça sobre esse tema; o **Coronel Caixeta** reforçou a posição de Antonio Potiguara sobre a moção, explicando que o presidente do Supremo tem se manifestado no sentido de que vai dar parecer técnico sobre a questão e sugerindo que tenham cuidado ao elaborá-la. Assim foi aprovado o relatório da subcomissão de terras e os encaminhamentos propostos. Sem mais comentários, foram **aprovados os encaminhamentos propostos pela subcomissão de Terras Indígenas.**

Concluindo os trabalhos da manhã, tendo em vista o adiantado da hora, sendo preciso ainda definir como seriam as apresentações ao Presidente Lula e ministros, passou-se a palavra a **Marcos Xucuru**, que perguntou sobre o Anteprojeto de Lei criando o Conselho Nacional de Política Indigenista, questionando porque havia ficado parado vários dias apesar de o presidente ter afirmando a sua importância. **Celso Correa**, da Casa Civil, explicou que, ao se proceder à análise jurídica do texto, foram verificados problemas, tendo havido dificuldades em corrigi-las sem alterar o conteúdo e o mérito do que foi aprovado pela CNPI, garantindo entretanto que a revisão foi feita



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

de forma a preservar a essência do que foi aprovado pela Comissão. O **presidente Márcio**, novamente à frente da reunião, destacou que o ponto importante é que o texto foi efetivamente enviado ao Congresso Nacional em 12 de junho de 2008 e publicada a respectiva mensagem. Passando à forma como deveriam proceder na reunião a se realizar no período da tarde, o presidente explicou que, com a chegada do Presidente Lula, provavelmente haveria cerimonial conduzido pela própria Presidência da República, abrindo a reunião, passando-se a seguir a palavra para o presidente do CNPI, que por sua vez faria breve apresentação, levantando os principais problemas no âmbito da questão indígena, com duração de no máximo 25 minutos, quando poderia acontecer de o presidente interromper para perguntar alguma coisa a algum dos presentes, tendo em vista que o Presidente Lula é conhecido por não seguir rigidamente protocolos; após isso, sugeriu que falassem os indígenas previamente definidos para falar em nome das respectivas subcomissões, lembrando da exiguidade do tempo e da necessidade de serem objetivos. Uma vez que se fazia necessário deixar o local da reunião a fim de que a equipe de segurança preparasse o local para a reunião, ficou definido que os representantes indígenas definiriam quem seriam os membros a se apresentar logo no início da tarde, antes da reunião, encerrando-se os trabalhos da manhã do dia 19.

### **Reunião com o Presidente da República e membros do Governo**

A reunião foi iniciada com a chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pelos ministros da Casa Civil, da Justiça, da Saúde, dos Esportes, do Meio Ambiente, da Secretaria de Direitos Humanos, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da SEPPIR, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Defesa; pelo ministro interino de Minas e Energia, de Educação, do Gabinete de Segurança Institucional e das Cidades, e ainda pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Advogado Geral da União.

Os trabalhos foram iniciados com execução do hino nacional cantado na língua Kayapó, seguida pela assinatura de portaria conjunta do Ministério da Justiça e do Meio Ambiente criando grupo de trabalho destinado a elaborar políticas de gestão ambiental das terras indígenas, e assinatura do decreto de homologação da Terra Indígena Baú, localizada em Altamira, Pará, pelo Presidente da República. Ao fim desse primeiro momento, a palavra foi concedida ao presidente da CNPI e da Funai, **Márcio Meira**, que disse estar vivenciando momento histórico, em que primeira vez na história do Brasil fora criada uma comissão paritária, com representantes indígenas e de



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

governo; que nunca antes houve momento na história em que uma comissão desta natureza pôde se reunir com o Presidente da República, para que ouvisse, juntamente com os seus ministros, os povos indígenas, por meio de seus representantes eleitos entre índios de todo o Brasil. Márcio Meira afirmou que, ao homologar a demarcação da Terra Indígena Baú, contribui para a proteção de uma parte da Amazônia conhecida como “terra do meio”, agora com mais de um milhão de território protegido; que no último Dia do Índio o Presidente Lula havia recebido 40 lideranças indígenas, que lhe entregaram documento do Abril indígena com várias reivindicações, ocasião em que dissera aos indígenas que gostaria de ouvir sobre os problemas relacionado à questão indígena no Brasil, após o que foi feito um amplo levantamento sobre esses problemas, mas foram destacados 5 grupos de questões. Nesse momento, o presidente iniciou sua apresentação, informando os dados mais importantes sobre os povos indígenas, que são 180 povos indígenas, dos quais 80% vivem na Amazônia legal, cerca de 23% da Amazônia, e que o Brasil é um dos únicos países do mundo que tem política de proteção aos povos indígenas, inclusive aos povos isolados. Prosseguindo na apresentação, em síntese, inicialmente destacou a questão da **Saúde**, afirmando que os indicadores de saúde entre os indígenas são os piores entre todos os brasileiros; destacando problemas burocráticos que dificultam o repasse de recursos; que há recursos e de fato aumentaram no atual governo, sendo cerca de mil reais per capita, mas que os entraves burocráticos dificultam que cheguem aos índios; com relação à **Educação**, destacou que a maior dificuldade é que o sistema de colaboração federativo, quando se trata da educação indígena, apresenta muitos problemas, aumentaram os recursos mas não chegam às aldeias e a qualidade não é boa, até porque a realidade local é que os conflitos com as elites locais pelas questões fundiárias as levam a não querer desenvolver projetos para os índios; Quanto à questão das **Terras Indígenas**, afirmou que a grande questão é que a Funai, que é a responsável pelos procedimentos que envolvem a regulamentação das terras indígenas, tem dificuldade estrutural, devido a ter sido historicamente relegada a plano secundário, tendo sido abandonada durante muitos anos, havendo muita dificuldade no cumprimento de suas funções e para que atinja as metas definidas; quanto aos **Empreendimentos em terras indígenas**, destacou as dificuldades no desenvolvimento de suas atribuições quanto às condições de se fazer os licenciamentos e adotar outros encaminhamentos, ressaltando que tem sido feito esforço grande para se avançar; em termos de **Ações institucionais**, afirmou que a política indigenista tornou-se muito complexa e que a Funai precisa de condições para que possa articular e



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

coordenar a política indigenista. Concluindo sua apresentação, o presidente Márcio Meira afirmou que a CNPI está ganhando corpo e se espera que se torne um conselho e se mude a forma de relacionamento com os povos indígenas, transformando-o e avançando para não mais serem paternalistas, assistencialistas, para que os índios venham a ser tratados como o que são, pessoas responsáveis e que desempenhem papel ativo no seu próprio destino. Afirmou que o PPA, conforme foi reelaborado, busca dar mais eficácia à instituição; que é importante tratar desses pontos para que se possa dar o devido tratamento à questão indígena, destacando a contribuição do Ministério da Justiça para que a Funai desempenhe suas funções e desejando que se esteja dando início a um processo maior de comunicação entre os índios e o Estado brasileiro.

A seguir o presidente passou a palavra para os representantes indígenas, iniciando pelo representante da **Subcomissão de Terras Indígenas**, Sansão Ticuna, da região Norte, que disse ser um privilégio estarem juntos para discutir terras, e que há problemas quando se fala nesse tema, devido aos problemas com os governos locais, que tratam os índios com racismo, como pessoas que não têm condições de cuidar das suas terras; além disso destacou o fato de que são considerados perigo para soberania nacional, algo que os deixa tristes, por serem conhecidos como algo negativo para o Brasil. Sansão Ticuna destacou ainda uma segunda questão, que seria a necessidade de fortalecimento do órgão indigenista, afirmando que os índios demanda que venha a passar por reestruturação o mais rápido possível; finalmente, referiu-se à questão da terra Raposa Serra do Sol, demandando que o Estado brasileiro, o Presidente Lula, defina posição claramente sobre o assunto, nesse momento de grande fragilidade.

Marcos Xucuru falou pela **Subcomissão de empreendimentos com impactos em terras indígenas**, destacando inicialmente a importância deste momento para os povos indígenas, por ser a primeira vez que se realizava reunião desta natureza; falou a seguir que o PAC tem causado preocupações, mas que os índios não são contra o desenvolvimento do país, querem estar juntos, querem participar, pois são cidadãos brasileiros, no entanto, há projetos em andamento que os preocupam, como é o caso de Belomonte, São Francisco e Estreito, como exemplo. Afirmou ainda que, até de acordo com a Convenção nº. 169, assinada pelo Presidente da República, prevê-se a consulta aos povos indígenas, para que possam ter um crescimento que seja bom para o Brasil e para as sociedades indígenas. Referiu-se ainda à necessidade de aprovação de lei complementar regulamentando o Relevante Interessante da União, solicitando ao Presidente Lula que mobilize a



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

bancada do governo para que se venha a aprovar a referida lei.

O representante da **Subcomissão de Saúde** a se manifestar foi o indígena Arão Guajajara, que inicialmente destacou que, para os povos indígenas, aquele se tratava de um momento histórico, por estarem presentes os representantes dos povos indígenas do Brasil e do Estado brasileiro. Afirmou que a pauta apresentada é resultado de trabalho feito sobre todo o Brasil, que o atendimento à saúde é insuficiente, não por falta de pessoal ou de recursos, e sim por problemas de gestão, que foram elencados pontos que visavam à melhoria da situação por meio da participação indígena nos Conselhos Locais e Estaduais de Saúde; destacou a falta de preparação dos coordenadores indígenas, defendendo a autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, pois tudo é centralizado nas coordenações; ressaltou a preocupação existente quanto à municipalização da saúde, sobre o que se posicionam contrariamente; referiu-se aos problemas quanto à infra-estrutura para o atendimento à saúde indígena e à burocracia; destacou a questão dos problemas vividos no Vale do Javari com relação à Hepatite B; afirmou enfim a necessidade de que a Funai seja reestruturada e que tenha aprovado seu plano de cargos e salários para que possa atuar efetivamente na defesa dos direitos indígenas.

As questões propostas pela **Subcomissão de Educação** foram apresentadas por Francisca Pareci, que se referiu à emoção do momento, em que pela primeira vez os primeiros habitantes do país se reuniam com o governo federal. Explicou sobre o trabalho da subcomissão e leu o documento que faz a síntese da situação da educação.

Representando a **Subcomissão de Justiça e Cidadania**, Sandro Tuxá disse que, como todos os outros, não poderia deixar de destacar a importância daquele momento. Falou a seguir sobre a importância da Justiça para a paz e para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas; destacou então problemas como o desconhecimento sobre os índios que estão no sistema carcerário do país; a necessidade de haver uma norma que determine a compilação desses dados, e que para isso seja articulada publicação de medida provisória determinando que as autoridades policiais identifiquem os presos como indígenas, as condições do recolhimento e o local para onde foram levados, dando ciência à Funai sobre esses fatos; destacou ainda o problema da criminalização de lideranças indígenas; a necessidade de acompanhamento dos índios que são presos, propondo que se crie uma Defensoria Pública para os indígenas, com integrantes da Defensoria Pública; enfim, que o poder público interceda para garantir o direito dos índios de serem



Ministério da Justiça  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

entendidos e entenderem aqueles que são responsáveis por sua prisão.

Antonio Potiguara foi o relator da **Subcomissão de Assuntos Legislativos** e iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e externando a satisfação pela realização da reunião, que considerou uma grande conquista para os povos indígenas. A seguir pediu apoio para que seja destravada a discussão no Congresso sobre o Projeto de Lei nº. 2657; solicitou ainda que sejam feitas consultas prévias aos povos indígenas sobre os textos que tramitam no Congresso e que os afetam diretamente; solicitou, enfim, que se mobilize a bancada do governo para aprovar o projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista.

Os temas da **Subcomissão de etnodesenvolvimento** foram apresentados por Luiz Titiah, que destacou a necessidade de se demarcar as terras indígenas; de que tenham acesso a educação e saúde de qualidade e diferenciada; que seja revista a estrutura da Funai, com aumento do quadro de pessoal, para que possa cumprir a contento suas atribuições; que os índios possam ocupar efetivamente seu território, desenvolvendo projetos de auto-sustentabilidade que garantam sua sobrevivência física e cultural, mas que há problemas quanto a isso pois muitas prefeituras não podem apresentar projetos ao governo federal pois estão inadimplentes, sendo necessário que haja maior controle do governo federal quanto a isso; que seja efetivamente fiscalizado o meio ambiente, as terras já ocupadas, pois as ações nessa área são insuficientes, gerando problemas como invasões, exploração indevida dos recursos naturais; que sejam implementadas ações de desenvolvimento para os povos indígenas. Encerrou dizendo que gostaria de ouvir e ver nesse dia a definição do governo e dos ministros para os membros da CNPI sobre políticas permanentes na área de etnodesenvolvimento para os povos indígenas do Brasil.

O representante da **Subcomissão de Orçamento, políticas públicas e gestão** destacou como temas mais importantes nessa área a necessidade de reestruturação da Funai, a falta de técnicos para atuar no órgão indigenista, a necessidade de fortalecimento das ações indigenistas, a recomposição do quadro técnico, a aprovação do Plano de Cargos e Salários da Funai, que tem sido negada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a perda de 60% do quadro da Funai nos últimos anos, a necessidade premente de reestruturação da Funai, a falta de funcionários e a demanda dos povos indígenas no sentido de que haja o aumento da capacidade de atuação do órgão indigenista.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Simone Karipuna foi a relatora da **Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**, a qual se apresentou como sendo indígena do estado do Amapá e ressaltou a importância desse tema para o futuro dos povos indígenas. Entre os temas por ela destacados estão a necessidade de que se garanta a participação das mulheres no desenvolvimento e nas políticas públicas do governo; que seja feito o enfrentamento da exploração sexual, do uso de drogas e alcoolismo; que sejam implementadas ações na área de cultura e esportes, levando em conta a especificidade dos povos indígenas, e que se garanta a participação indígena na elaboração, execução e monitoramento das políticas voltadas para mulheres e jovens.

Ao fim da apresentação dos representantes das subcomissões, foi passada a palavra para o representante do povo indígena Kaiowá do Rio Grande do Sul, **Anastácio Peralta**, o qual disse, em síntese, que muitas das autoridades presentes já haviam visitado a sua região e que tinha esperança que as sementes que haviam plantado começaria a florescer daquele momento em diante. Afirmou que a colonização do Brasil teve como objetivo a exploração dos recursos naturais desta terra e que é preciso mudar isso, pois ainda continua a acontecer nos dias de hoje. Afirmou o sentimento de que a esperança vai conseguir superar o medo, que é preciso mudar a cabeça dos governantes e políticos, pois até hoje o país foi explorado, entretanto é preciso uma política mais humana e que sente em seu coração renascer o sentimento de esperança de que isso é de fato possível, que serão vitoriosos. Agradecendo ao Presidente Lula por ter demarcado sua terra e também Raposa Serra do Sol, concluiu afirmando que os índios querem mostrar que são humanos, que têm coração, que a arte e a interculturalidade são a riqueza e o diferencial que fazem o país brilhar e se destacar entre todos os demais.

A seguir se passou a palavra para **Ak'jabor Kayapó**, o qual se dirigiu ao Presidente Lula afirmando que iria cobrar dele a mesma coisa pela 3ª vez, que já haviam conversado sobre os problemas indígenas, já havia cobrado os compromissos com relação aos povos indígenas e que até agora o Presidente só havia cumprido um deles, com relação à demarcação das terras indígenas, mas que era muito importante que aprovasse o Plano de Cargos da Funai, que fizesse a reestruturação da Funai e o concurso público. Pediu ainda que o Presidente mostrasse quem mandava, se ele no ministro do Planejamento ou o ministro no Presidente, solicitando enfim que cumpra os compromissos que assumiu e declare na frente de todos qual a sua posição sobre essas questões e defina antes do dia 30 de junho, porque depois é só política.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

Ao fim da fala dos representantes indígenas, o **Presidente Lula** cumprimentou a todos e disse ser importante compreender a razão de que esta reunião estivesse sendo realizada com a presença de tanta gente [referindo-se a todos os ministros convocados para participar], afirmando que ele ou o ministro da Justiça poderiam ter ido sozinhos, mas que resolvera envolver todos os que têm relação com a política indigenista, pois com o tempo se aprende a ver como funciona a máquina brasileira e que nem sempre o que se quer que aconteça dá certo e se encontram desculpas para isso. Afirmou que algumas decisões dependem do Congresso Nacional, outras de recursos, outras da máquina pública do ministério que trata do assunto e assim às vezes o assunto não avança, fica parado. Esclareceu que decidiu convocar a reunião pois já tinha ouvido algumas dessas reclamações e cada vez se perguntava o que estava acontecendo, enquanto os órgãos por sua vez argumentavam que já estava acontecendo, então as informações não batiam; afirmou que vários dos que falaram fizeram constatação delicada, no sentido de que em vários locais há dinheiro, mas por alguma razão não chegam para atender as necessidades na ponta, e que isso não valia só para a saúde e sim para várias áreas, sendo que muitas vezes falta o devido controle e fiscalização. Disse ainda que se percebe que às vezes as coisas levam tempo dentro dos órgãos e no Congresso também; informou que foi enviada a proposta de reestruturação da Funai para o Congresso em forma de projeto de lei, tendo se procedido assim porque se está saturado de medidas provisórias; afirmou que é importante cumprir o que consta nos programas até 2010, que é quando acaba a sua gestão como presidente, e que está convencido de que vão conseguir melhorar, pois ouviu muitas vezes se dizer que está bom, mas é preciso e é possível melhorar, sendo necessário ver onde estão as falhas, o que está acontecendo e que acaba impedindo que se concretize o que está sendo deliberado.

O Presidente da República afirmou ainda que este é um novo marco de entendimento da Comissão com o governo, que tudo o que foi levantado foi ouvido por todos os ministros presentes, e que a partir de agora sabem quais são os problemas, não podem afirmar que não têm conhecimento, sendo que em 2 meses [que é quando a CNPI deve voltar a se reunir] tudo o que foi levantado na presente reunião tem que receber resposta sobre o que foi feito para melhorar, o que vai ser feito, para que haja evolução e se possa acompanhar o que se comprometeram a fazer. Considera extremamente importante ouvirem o que foi dito para terem noção do que ainda precisam fazer, afirmando que às vezes não é culpa de ninguém e sim a rotina dos ministério não permite que



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

se funcione como um relógio; citou como exemplo o caso do PAC, que levou mais de um ano para sair do papel, ou que há mais de 30 ou 40 planos de cargos a serem definidos, e que se decide algo e o resultado às vezes não é o que se esperava. Afirmou que estão trabalhando na perspectiva da transversalidade, tendo se conseguido aperfeiçoar isso na agricultura familiar, onde há acompanhamento ponto a ponto das questões e que quer instituir a mesma metodologia com a questão indígena; ou seja, a entrega e uma reivindicação deve envolver todos os que se relacionam ao assunto e depois que se reúnam para ver como está sendo encaminhado, citando como exemplo a questão dos índios de Amambai, que afirmou que vêm tentando resolver há seis anos. A partir deste momento, declarou o Presidente Lula, as demandas serão apresentadas e em dois meses vai querer saber o que está acontecendo, o que cada órgão está fazendo, por acreditar que caso contrário não vai funcionar, não vão conseguir avançar, sendo o ideal que avancem um pouco de cada vez, mas que se tenha conquistas objetivas. Citou o caso de Raposa Serra do Sol e que prevaleceu o entendimento de demarcar a terra como contínua em 2005, tendo se tomado a decisão de que não iriam fazer nada que causasse violência, com vistas a provar que poderiam agir pacificamente, mas a questão se arrastou na Justiça, inclusive definindo-se que pagariam até mais para indenizar os arroteiros mas que quando resolveram essa situação veio a decisão do STF e enquanto a questão estiver lá não há nada que possam fazer, ressaltando a determinação de decidirem da forma mais pacífica possível.

O Presidente Lula afirmou ainda haver um ponto que não foi levantado e que acha importante, no sentido de que ainda há 2 anos e 6 meses de governo e têm que resolver tudo o que não foi resolvido nos últimos 5 anos nesse período, o que vai exigir bem mais de todos e bem mais competência; destacou que se aprovarem a reestruturação da Funai e ficarem todos em Brasília não vai dar certo, é preciso atender as bases; que ouviram os relatos sobre problemas na área de saúde, educação, capacitação, bem como sobre a necessidade de melhorar a situação da gestão das terras, que os ministros ouviram as demandas e os documentos foram entregues, e daí em diante vão se debruçar em cada uma das questões, cada ministro vai ter que ver o que está acontecendo e se vai escolher um ministro para coordenar a ação dos outros, como uma espécie de conselho gestor, para que numa próxima reunião possam dizer o que vai ou não se poder atender. Declarou ser necessário que haja um conselho gestor para cobrar dos outros ministérios e que a cada 15 ou 20 dias converse com os ministros e informe o presidente da Funai sobre como está a situação, para que na próxima



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
5ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de junho de 2008

reunião da CNPI se tenha resultados concretos para apresentar, designando o ministro Tarso Genro para ser o gestor do conselho. O Presidente questionou também as razões porque, se há os recursos, não está funcionando, lembrando que algumas dívidas que são históricas. Expressou satisfação por ter participado desta conversa e ressaltou que deste momento em diante vão trabalhar em torno dela e quando faltar alguns dias para a próxima reunião vão marcar com César Alvarez [da Casa Civil] e com o ministro da Justiça para informar sobre como andam os encaminhamentos, destacando porém que o aquilo que depende do Legislativo não podem mudar, no entanto o que depende do poder Executivo vão ver como resolver, se não há recursos, vão ser sinceros também, e na próxima reunião vão fazer prestação de contas de tudo o que foi colocado.

Concluindo, afirmou que agora é preciso sistematizar a conversa com os ministros tudo o que foi apresentado, para que possam fazer acontecer as demandas que foram reivindicadas. O representante do Ministério da saúde apresentou alguns dados, mas o presidente disse que numa próxima reunião os ministérios vão apresentar o que cada ministério está fazendo. Assim, tendo sido feita a entrega de documentos por parte dos representantes indígenas, foi encerrada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista.